

“Punição coletiva de civis em Gaza é crime de guerra”

Genocida bombardeia 2 milhões e corta água, comida, luz e remédios

A “punição coletiva da população da Faixa de Gaza por Israel, a privação de produtos essenciais e de água, bem como o bombardeio de áreas densamente povoadas são crimes de guerra de acordo com o direito humanitário internacional”, afirmou a porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Ravina Shamdasani, na sexta-feira (27). Impedindo a entrada de medicamentos, Netanyahu está obrigando as crianças feridas em Gaza a serem operadas sem anestesia. **Págs. 3, 4, 6 e 7**



HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.929 1 a 7 de Novembro de 2023

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Reprodução

ACELERAMENTO DAS DEMISSÕES: AUMENTO DA IDADE NO EMPREGO PARA TODOS OS TRABALHADORES DA GENERAL MOTORS

GM não aceita acordo e greve continua em SP

Sem acordo com a empresa, os metalúrgicos das unidades da GM de São José dos Campos, São Caetano e Mogi das Cruzes, em São Paulo, mantiveram a greve iniciada desde a demissão em massa anunciada no dia 21. Segundo o sindicato, 1.200 funcionários foram demitidos nas três unidades, sendo a de São José dos Campos a mais atingida. **Pág. 5**

Lula contesta Haddad e diz que país ‘não precisa de déficit zero’



Multidão cobra em Londres fim do massacre em Gaza

Multidão ocupou as ruas da capital inglesa no sábado (28) exigindo que Israel ponha fim ao massacre de civis e que o governo britânico defenda o cessar-fogo aprovado pela Assembleia Geral da ONU. **Página 7**



Judeus ocupam estação de trem de NY para exigir que Netanyahu pare o genocídio

Milhares de judeus atenderam ao chamado da organização Jewish Voice for Peace e ocuparam o principal salão da estação de trem nova-iorquina Grand Central, em Manhattan, para exigir que Israel pare com o genocídio. Os manifestantes portavam cartazes declarando “Judeus exigem cessar-fogo já”, “Lamentar os mortos, lutar desesperadamente pelos vivos”, “Não em nosso nome”. **Página 6**

O presidente Lula se contrapôs ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e afirmou na sexta-feira (27) que “difícilmente” o governo alcançará a meta de déficit zero em suas contas em 2024. “Quero dizer para vocês que nós dificilmente chegaremos à meta zero, até porque não quero fazer cortes em investimentos de obras. Se o Brasil tiver um déficit de 0,5%, o que é? Nada. Praticamente nada”, disse Lula. “A gente não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país”, disse. **Pág. 3**

Gleisi Hoffmann: “Meta de Lula é o crescimento e emprego fortes”

A presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada Gleisi Hoffmann (PR), deu força às palavras de Lula e disse, em entrevista ao Valor neste sábado (28), que defende a revisão da meta de zerar o déficit em 2024. “Não há necessidade de fazermos isso em um quadro que precisamos estimular o crescimento econômico”, disse a presidente nacional do PT, sobre déficit zero. **Pág. 3**

Atividade industrial cai pelo 8º mês consecutivo, aponta Fiesp

Supremo dá aval para os bancos tomarem imóvel de endividados

Decisão atende ganância dos bancos e agrava a já elevada inadimplência

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou, por 8 votos a favor e 2 contra, que os bancos podem tomar imóvel de devedores sem acionar a Justiça. A maioria dos ministros seguiu o voto do relator, ministro Luiz Fux, que argumentou que a lei de 1997 sobre a alienação fiduciária de imóveis e permite que o próprio imóvel financiado seja usado como garantia, é constitucional.

Para Fux, a execução extrajudicial não afasta por parte do devedor “o ingresso ao Judiciário a qualquer momento, para dirimir eventuais irregularidades ocorridas no curso da cobrança extrajudicial, conferindo a possibilidade do exercício do contraditório judicialmente”.

Votaram a favor da execução extrajudicial em benefício dos bancos, além do relator Luiz Fux, os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques, Gilmar Mendes e Luís Roberto.

Os mesmos bancos que impõem as mais altas taxas de juros nos financiamentos dos imóveis, juros que corroem os orçamentos dos brasileiros, elevando a inadimplência e o endividamento das famílias, além de asfixiarem o setor produtivo.

Na alienação fiduciária o imóvel entra como garantia e fica em nome dos bancos e demais instituições financeiras até o pagamento completo da dívida. O mutuário tem o direito de uso do imóvel, que após liquidar o financiamento, terá que ir ao cartório para registrar o imóvel em seu nome. Esse tipo de contrato que faz parte do Sistema de Financiamento Imobiliário envolve propriedades com valores superiores a R\$ 1,5 milhão.

O argumento do ministro relator de que dessa forma os bancos vão ampliar o crédito imobiliário e baixar os juros é conversa para boi dormir. É a mesma usada na defesa do parcelamento sem juros no cartão de crédito, entre outros argumentos usados pelos bancos para continuar extorquindo a população e agora avançar sobre a moradia, direito consagrado na Constituição.

DIREITO À MORADIA

Os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia se colocaram contrários ao entendimento de Luiz Fux e votaram pela inconstitucionalidade da matéria. No início da sessão de quinta-feira, Edson Fachin abriu divergência ressaltando que o mecanismo proposto pela alienação fiduciária é incompatível com direitos à moradia e acesso à Justiça.

Para Edson Fachin, a solução pela execução extrajudicial, embora legítima, prestigia o mercado de crédito imobiliário.

“Esse procedimento”, destacou Fachin, “que confere poderes excepcionais a uma das partes do negócio jurídico, restringe de forma desproporcional o âmbito de proteção ao direito fundamental à moradia”, pontuou.

Fachin defendeu que “diante da ponderação entre a proteção do agente financeiro pelos riscos assumidos e a preservação dos direitos fundamentais do devedor, especialmente quando se trata do direito fundamental social à moradia, deve assegurar todos os meios para garantir o melhor cenário protetivo do cidadão e sua dignidade como um mínimo existencial”.

Já a ministra Cármen Lúcia, que também defendeu a proteção do direito à moradia, destacou em seu voto que o mutuário inadimplente não pode ter o “ônus da judicialização”.

O caso julgado se refere a disputa entre um mutuário devedor de São Paulo contra a Caixa Econômica Federal. O paulistano questiona a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que entendeu que a Lei 9.514/1997 não viola as normas constitucionais, devendo ser apreciada pelo Judiciário apenas se o devedor considerar necessário.

No recurso ao STF, o mutuário argumenta que a permissão para o credor executar o patrimônio sem a participação da Justiça viola os princípios do devido processo legal, da inafastabilidade da jurisdição, da ampla defesa e do contraditório, representando uma forma de autotutela “repudiada pelo Estado democrático de Direito”, afirmou.

Como os ministros reconheceram o tema desta ação como um caso de repercussão geral, as demais instâncias do Judiciário são obrigadas a seguirem o entendimento que foi aprovado pelo STF.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Foto: Divulgação



Foto: Foto: FecomercioPE

Tádros: CNC assume uma postura firme em defesa do parcelamento sem juros

Fim do parcelamento sem juros seria desastroso, afirma presidente da CNC

“Alguns players travam uma campanha agressiva para limitar o parcelamento no cartão, dizimando o poder de compra do consumidor”, alerta José Tádros

O pleito do Banco Central (BC) de acabar com o parcelamento sem juros em compras no cartão de crédito seria um “desastre econômico”, nas palavras de José Roberto Tádros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

“O parcelamento sem juros é uma ferramenta que revolucionou o modo como realizamos pagamentos e tornou-se parte indelével da cultura econômica do país. Sem esse instrumento, brasileiros não realizam sonhos, a indústria e o comércio de bens e serviços não se desenvolvem e até mesmo os bancos deixam de lucrar”.

Tádros denuncia a ação de “alguns players do mercado” que “travam uma campanha agressiva para limitar o parcelamento nesse importante meio de pagamento, dizimando o poder de compra do consumidor”.

“O Brasil precisa sensibilizar o Banco Central e o CMN (Conselho Monetário Nacional) para que não endossem esse movimento, desaprovando qualquer alteração. Essa flexibilidade de pagamento tem sido uma estratégia eficaz para muitos comerciantes, principalmente no varejo de bens duráveis, onde a aquisição de produtos de maior valor muitas vezes se torna mais acessível por meio do parcelamento”, prossegue Tádros, apontando que 9 em cada 10 varejistas no Brasil adotam o modelo de parcelamento.

“A CNC assume uma postura firme em defesa do parcelamento sem juros no cartão de crédito e não concorda que, no bojo da saudável iniciativa para que se reduza os juros do rotativo, os bancos forcem a substituição do parcelamento sem juros para o parcelamento com juros”.

que ser aprovadas na Assembleia de Acionistas da estatal, no dia 30 de novembro. No entanto, durante a reunião do conselho, os conselheiros que representam os interesses dos acionistas estrangeiros e privados da estatal se levantaram contra a reserva de capital.

A proposta de nova fórmula de distribuição de dividendos prevê o pagamento de 45% do fluxo de caixa livre (diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos). A regra anterior, aprovada durante a gestão desastrosa de Bolsonaro, previa o pagamento de 60% do fluxo de caixa livre.

De acordo com as fontes, a reserva de capital poderia afetar a distribuição de dividendos extraordinários – que é por meio desta que os acionistas privados, majoritariamente estrangeiros, arrecadaram altos ganhos

dos últimos anos. A Petrobrás transformou-se na petroleira que paga maiores dividendos do mundo. Com a reserva, destinada para investimentos, a distribuição de dividendos para os acionistas será reduzida. É por isso que eles estão nervosos. Não têm a menor preocupação com o futuro da empresa ou do país. Querem encher os bolsos de dinheiro o mais rapidamente possível e o resto que se dane. Conselheiros foram às redes sociais e demais veículos de mídia para reclamar e fazer pressão contra as mudanças propostas pela direção da estatal, o que levou a Petrobrás a perder R\$ 32,3 bilhões em valor de mercado na segunda (23).

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/mudancas-no-estatuto-da-petrobras-visitam-corriger-distribuicao-depravada-de-dividendos/>

A entidade “reitera que é essencial que o ciclo de redução da taxa de juros seja intensificado”

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou nesta quinta-feira (26) os resultados da pesquisa Sensor para este mês de outubro. Os empresários industriais paulistas manifestam pessimismo quanto aos resultados para o setor em 2023.

O Sensor fecha para o mês 49,1 pontos, resultado que projeta uma perspectiva de queda da atividade industrial paulista. A redução de 0,50 ponto, em relação a setembro 49,6 pontos, intensifica a avaliação de redução das atividades, considerando também a agravante de que o Sensor há oito meses permanece abaixo dos 50,0 pontos.

Nessas condições, a Fiesp mantém a projeção de queda de 0,5% da produção industrial em 2023. Contribui para isso, após um início de ano com surpresas positivas no PIB, os resultados do terceiro trimestre já sinalizam um cenário de desaceleração.

E, ainda, “reitera que é essencial que o ciclo de redução da taxa de juros seja intensificado e medidas como o Plano Produção (equivalente ao Plano Safra para a indústria), com a Depreciação Imediata e demais ações que garantam a capacitação da mão de obra e acesso ao crédito sejam tomadas o quanto antes para favorecer o crescimento da produtividade e da competitividade do setor industrial.”

Os indicadores abaixo, que compõem o Sensor, variam de 0 a 100 pontos. Leituras acima de 50 significam aumento das expectativas para o indicador. No caso, específico, de Estoque, valores superiores a 50 indicam estoque abaixo do desejável, ao passo que valores inferiores a 50 indicam estoques acima do desejável.

Quatro dos cinco indicadores do levantamento de outubro demonstraram pessimismo, sendo o investimento uma exceção, ao registrar apenas estabilidade em outubro. Conforme a entidade, esse resultado corrobora a perspectiva de um ano desafiador para a indústria.

Criada a Frente Parlamentar pela Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil

A Câmara dos Deputados aprovou a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil.

A proposta de articulação da Frente Parlamentar é uma iniciativa dos deputados federais Pedro Lucas Fernandes (União Brasil) e Marcio Jerry (PCdoB), que tiveram acesso aos estudos sobre a região considerada a mais nova fronteira exploratória de petróleo e gás do Brasil em águas profundas e ultra profundas.

A região tem potencial não apenas para garantir a demanda energética do país, mas para injetar milhões em royalties na economia dos estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. A Petrobrás já anunciou o início dos trabalhos de exploração na área correspondente ao litoral do Rio Grande do Norte.

A região mais a oeste, no litoral do Amapá ainda é motivo de resistências por parte do Ibama, mas, no que depender da Petrobrás, também deverá ser explorada. A frente, que tem a intenção de aprimorar o arcabouço legal e a regulação sobre o tema da exploração da Margem Equatorial, obteve 206 assinaturas de parlamentares de diversos estados, partidos e vertentes políticas, demonstrando a importância da iniciativa para os interesses de desenvolvimento nacional.

“O PIB do Maranhão pode se elevar em 20%, portanto, é geração de emprego e renda. Além do mais, não existe transição energética se a gente não conseguir explorar o petróleo e gás. O indicador de mercado (que representa a percepção sobre o setor de atuação) registra 49,2 pontos. O componente reverteu a sinalização de otimismo de setembro (50,6 pontos) para o pessimismo no dado mais recente, ao apontar um valor abaixo dos 50,0 pontos. As vendas permanecem próximas à leitura anterior ao marcarem 49,7 pontos em outubro. No entanto, a redução de 0,2 ponto foi suficiente para alterar a sinalização de estabilidade (49,9 pontos) para o pessimismo, por se distanciar dos 50,0 pontos. Os estoques registram 48,7 pontos no mês. Mesmo com a alta de 1,6 ponto frente a setembro (47,1 pontos), se mantém a sinalização de estoques acima do planejado pelo vigésimo primeiro mês seguido. O indicador de empregos fecha outubro em 48,7 pontos. Houve aumento de 1,5 ponto em relação ao mês passado, no entanto, a permanência abaixo da linha divisória indica queda do emprego na indústria paulista. Por fim, os investimentos (50,0 pontos) saem de uma perspectiva de otimismo do mês anterior para estabilidade nesta leitura. Esse é o primeiro indicativo de estabilidade deste componente no ano. Este resultado foi o único a não demonstrar pessimismo neste mês, contudo, por se manter exatamente em 50,0 pontos sinaliza a estabilidade do nível de investimentos em outubro. Todos os dados acima contemplam o tratamento sazonal. O Sensor é uma pesquisa qualitativa de conjuntura econômica realizada desde 2006. Ela tem como objetivo captar informações do andamento da atividade da indústria de transformação durante o mês corrente da coleta de dados, eliminando as defasagens de tempo das tradicionais pesquisas de conjuntura. Hoje, participam da pesquisa cerca de 30 das principais indústrias de São Paulo.

Entre as finalidades da frente estão acompanhar e fiscalizar os programas e projetos voltados à exploração de petróleo na Margem Equatorial do Brasil; desenvolver políticas de promoção de melhoria da qualidade de vida da população da região; promover debates sobre o tema; interagir com outras entidades; divulgar estudos junto à sociedade; monitorar as matérias junto aos demais poderes; acompanhar a execução orçamentária; buscar efetividade na distribuição de royalties e assumir o amplo debate de todos os aspectos voltados para a área de exploração de óleo e gás. A Margem Equatorial se estende por todo o litoral próximo à Linha do Equador, seguindo do Amapá ao Rio Grande do Norte. A região totaliza 5 bacias, sendo a Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Os poços têm previsão de produzir até 30 bilhões de barris de petróleo, garantindo mais recursos para investimento no país.



Zeca Ribeiro/Câmara

Gleisi Hoffmann, deputada e presidente do PT
Presidente do PT: “meta de Lula é crescimento e emprego fortes. Nós não precisamos zerar déficit”

O presidente Lula afirmou na sexta-feira (27), em café da manhã com jornalistas, que o país não precisa da meta de déficit zero nas contas públicas no ano que vem. Ele reforçou que o país precisa de investimentos para voltar a crescer. A declaração deixou em polvorosa o setor rentista da sociedade que vive da especulação financeira e não pode ouvir falar em investimentos e criação de empregos.

Lula destacou acertadamente que não deseja abrir o ano de 2024 com cortes em investimentos, a exemplo de obras de infraestrutura. “Eu não quero fazer corte de investimentos de obras. Se o Brasil tiver um déficit de 0,5%, o que que é? De 0,25%, o que é? Nada. Absolutamente nada. Vamos tomar a decisão correta e vamos fazer aquilo que vai ser melhor para o Brasil”, acrescentou. A meta do presidente, ao contrário do agiotas, é “desemprego zero”, “fome zero” e muito desenvolvimento.

“O ano que vem será inteiro de viagem pelos estados brasileiros, de lançamento de obras do PAC, de inauguração do Minha Casa, Minha Vida, escolas técnicas, institutos federais, lançar novas universidades, porque o Brasil não pode perder a oportunidade de fazer aquilo que é o nosso compromisso. Precisamos fazer com que o Brasil se transforme definitivamente em um país desenvolvido”, disse o presidente aos jornalistas.

A presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada Gleisi Hoffmann (PR), deu força às palavras de Lula e disse, em entrevista ao Valor neste sábado (28), que defende a revisão da meta de zerar o déficit em 2024. A manutenção do equilíbrio fiscal tem sido defendida de forma enfática pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que joga as suas fichas no aumento da arrecadação.

“Diante da situação de frustração de receitas, até pela omissão do próprio Congresso Nacional, precisamos de recurso para manter os investimentos”. Ela citou, por exemplo, que o novo arcabouço fiscal prevê uma banda que pode variar até 0,25 ponto percentual do PIB para cima e para baixo em relação à meta fiscal.

Além disso, a deputada disse que a meta de resultado zero “exigirá, nesse quadro de frustração de receitas, um forte contingenciamento, comprometendo investimentos e recursos pra diversas áreas do governo”. “Não há necessidade de fazermos isso em um quadro que precisamos estimular o crescimento econômico”, complementou.

O professor Nilson Araújo, economista da Fundação Maurício Grabois, e dirigente do PCdoB, também vinha criticando a insistência do ministro Fernando Haddad em buscar o déficit zero a qualquer custo em 2024. Para ele, Lula está certo. A meta deve ser o “crescimento do investimento público” e a retomada do desenvolvimento.

O economista David Deccache também comentou a afirmação do presidente. “Todo apoio à posição correta do Presidente Lula de não permitir a meta de sabotagem aos gastos e investimentos públicos. Todo repúdio aos Ministros que se juntaram ao mercado na sabotagem contra o presidente e o povo mais pobre desse País”, complementou.

“A reação do mercado é descabida, é fogo de palha e logo passará”, comentou também o economista José Paulo Kupfer, colunista do site de notícias UOL.

“Todos sabem que essa meta não será zero em 2024”, acrescentou o articulista.

“O país não precisa de déficit zero”, afirma presidente Lula



Reprodução

“Vamos fazer aquilo que vai ser melhor para o Brasil”, disse o presidente da República
“É uma insanidade Benjamin Netanyahu querer acabar com a Faixa de Gaza”, denuncia Lula

“Insanidade”, é como presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a classificar a resposta de Israel aos ataques do Hamas. E dessa vez atribuiu diretamente ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e ressaltando que ele quer “acabar com a Faixa de Gaza”.

A afirmação foi feita, nesta sexta-feira (27), durante café com jornalistas no Palácio do Planalto.

“Não é porque o Hamas cometeu ato terrorista contra Israel que Israel tem que matar milhões de inocentes. Não é possível que as pessoas não tenham sensibilidade. Se a ONU tivesse força, a ONU poderia ter uma interferência maior. Os Estados Unidos poderiam ter uma interferência maior. Mas as pessoas não querem, as pessoas querem guerra”, criticou o presidente.

“Dissemos em alto e bom som que não é possível [o Hamas] fazer um ataque, matar inocentes, sequestrar gente da forma que fizeram, sem medir as consequências”, disse Lula.

“Agora temos a insanidade também do primeiro-ministro de Israel, querendo acabar com a Faixa de Gaza, se esquecendo de que lá não tem só soldados do Hamas. Tem mulheres, crianças, que são as grandes vítimas dessa guerra”, destacou.

Lula ainda chamou de “loucura”, o direito de veto de membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas).

Na semana passada, a proposta de resolução brasileira de ajuda humanitária e cessar-fogo na região foi vetada pelos EUA.

Dos 15 membros do colegiado, 12 votaram a favor, 2 se abstiveram e apenas os Estados Unidos foram contra, por

meio do veto, que derrubou e bloqueou alguma decisão. Desse modo, prevalece a decisão do genocídio perpetrado por Israel contra o povo palestino.

Como EUA é um dos membros permanentes do Conselho e tem poder de veto, a proposta brasileira foi derrubada.

PROPOSTA BRASILEIRA OBTEVE 12 VOTOS, ENTRE 15

“Eu vi uma manchete aqui no jornal dizendo: a proposta do Brasil foi rejeitada. Não é verdade, é mentira. Não foi rejeitada. Tinha 15 votos em jogo, ela teve 12, 2 abstenções e 1 contra”, explicou Lula.

“Como ela pode ter sido rejeitada? Ela foi vetada por causa de uma loucura que é o poder de veto concedido aos 5 países titulares do Conselho, que eu sou totalmente, radicalmente contra. Isso não é democrático”, completou o presidente.

O Brasil reivindica assento permanente no órgão e defende a entrada de outros países como o Japão e a Índia. Além de defender a reformulação do grupo, o petista apontou o que chamou de contradição. **PROMOTORES DA GUERRA**

O presidente questionou o fato de os 5 — Estados Unidos, Reino Unido, China, França e Rússia —, com poder de veto serem justamente os que promovem guerra. “São os 5 países do Conselho de Segurança (membros permanentes) que fabricam armas, que vendem armas, que fazem guerra”, ponderou.

“É a contradição. Por isso que nós queremos mudar o conselho”, questionou.

ESTADO PALESTINO

Em outubro, o Brasil assumiu a presidência rotativa do conselho e, durante este mês, comanda as reuniões.

Brasileiros na Palestina estão sem água

Na sexta-feira (27) as forças militares da ditadura de Netanyahu cortaram toda a comunicação da população da Faixa de Gaza. O país, que já não tinha energia elétrica, ficou se internet e telefone. Já havia falta de água e comida.

A ONU aprovou, também na sexta-feira (27), por 120 a 14, o cessar-fogo imediato, mas o governo de Israel desprezou a decisão e intensificou os ataques à população civil palestina.

Os brasileiros que esperam no sul de Gaza para se dirigirem ao Egí-

ptão, estão ameaçados de morrerem de fome e estão sem comunicação. O governo brasileiro está fazendo todos os esforços para salvar os seus cidadãos mas não conseguem convencer o regime de Israel a permitir a saída para o Egito.

Eles estão nas cidades de Rafah e Khan Yunes, no sul de Gaza, onde estão abrigados. Mesmo com pedidos da diplomacia brasileira, o governo de Israel impediu a abertura da fronteira com o Egito e intensificou os bombardeios na região. O governo brasileiros

Uma semana após o início da gestão brasileira, o Hamas atacou Israel dando início ao conflito no Oriente Médio.

O presidente Lula defende como solução para o fim da guerra a criação do Estado Palestino.

CRÍTICA AOS EUA

Governo brasileiro fez crítica de forma velada ao veto dos EUA, a projeto de resolução que havia apresentado no Conselho de Segurança e alertou que o momento é “decisivo” para a ONU. Esta informação é da coluna do jornalista Jamil Chade, do UOL.

Em discurso durante o debate na Assembleia Geral da ONU, o embaixador Sérgio Danese defendeu suspensão das hostilidades em Gaza, a criação de pausa humanitária e o acesso de bens para a população. Para ele, a entidade precisa dar resposta à crise e o atual modelo “fracassou”, disparou.

Discurso ocorreu momentos antes de a ONU votar resolução que vai pedir “trégua humanitária” na Faixa de Gaza, proposta pelos países árabes e como reação ao impasse vivido no Conselho de Segurança.

AJUDA HUMANITÁRIA IMPRESCINDÍVEL

Enquanto o embaixador falava, o secretário-geral da ONU, António Guterres, declarava em outra sala que a entidade teria de parar a ajuda para Gaza se não houvesse acordo humanitário.

Para o Brasil, o momento é decisivo:

“Nossa resposta coletiva a essa crise, que todos tememos que só se agravará se nada for feito, será um momento decisivo para a ONU. Ele mostrará se a ONU pode levar a sério a prevenção, o fim ou, pelo menos, a mitigação dos horrores da guerra”, pontificou Sérgio Danese, embaixador do Brasil na ONU.

M. V.

Ele contestou a meta do ministro da Fazenda. “Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país”, argumentou

O presidente Lula se contrapôs ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e afirmou nesta sexta-feira (27) que “difícilmente” o governo alcançará a meta de déficit zero em suas contas em 2024. “Quero dizer para vocês que nós dificilmente chegaremos à meta zero, até porque não quero fazer cortes em investimentos de obras. Se o Brasil tiver um déficit de 0,5%, o que é? De 0,25%, o que é? Nada. Praticamente nada”, disse Lula.

“Então nós vamos tomar a decisão correta e vamos fazer aquilo que vai ser melhor para o Brasil. Eu sei da disposição do Haddad, sei da vontade do Haddad, sei da minha disposição. Já dizer para vocês que nós dificilmente chegaremos à meta zero”, prosseguiu o presidente.

O chefe do Executivo destacou que não deseja abrir o ano de 2024 com cortes em investimentos, a exemplo de obras de infraestrutura. “Eu não quero fazer corte de investimentos de obras. Se o Brasil tiver um déficit de 0,5%, o que que é? De 0,25%, o que é? Nada. Absolutamente nada. Vamos tomar a decisão correta e vamos fazer aquilo que vai ser melhor para o Brasil”, acrescentou.

Ele deu a declaração na sexta-feira (27) durante café da manhã, no Palácio do Planalto, com jornalistas que participam

Além de usarem empresa israelense, arapongas de Bolsonaro também invadiram computadores

Durante as investigações da Polícia Federal sobre a arapongagem da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) os agentes descobriram que, além de rastreamento celulares, os criminosos também usaram outros meios de espionagem, através de programa de invasão de computadores.

Dois servidores da Abin suspeitos foram presos. Os investigadores encontraram no material apreendido para análise outros dispositivos invasivos, que estavam sendo utilizados para invasão em massa de computadores, segundo informação obtida pelo jornalista César Tralli, da TV Globo e GloboNews.

Os espíes usaram uma ferramenta de invasão que acessa todo o conteúdo dos computadores. O ataque é feito através de um malware (software que causa danos). A invasão dos computadores pode se dar via disparo de um e-mail, por uma mensagem de texto, por WhatsApp web, por exemplo, e por acesso físico ao computador (pen drive), alvo de espionagem.

Na semana passada, operação da Polícia Federal trouxe à tona um esquema criminoso de rastreamento de celulares conduzido pela Abin. Mais de 33 mil acessos foram feitos sobre a localização de aparelhos de ministros do STF, auxiliares, funcionários da corte, servidores públicos, jornalistas, políticos e policiais, dentro outros.

Ao todo, a PF cumpriu na operação 25 mandados de busca e apreensão e dois de prisão

da cobertura diária da Presidência da República. Ele reconheceu o esforço, mas afirmou que o mercado “muitas vezes” é “ganancioso” no assunto.

“A gente não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para esse país. Então eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que eles sabem que não vai ser cumprida”, argumentou.

“Tudo que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal, a gente vai cumprir. O que eu posso te dizer é que ela não precisa ser zero. O país não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para este país. Eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida”, disse Lula.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad enviou ao Congresso Nacional a proposta de orçamento para o ano de 2024 com a estimativa de um déficit zero. O objetivo, contudo, está longe de ser alcançado e dependeria de medidas para aumentar a arrecadação, de até R\$ 168 bilhões ou de cortes de verbas públicas.

Além de usarem empresa israelense, arapongas de Bolsonaro também invadiram computadores

preventiva nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Goiás e no Distrito Federal. A agência disse que colaborou com a Polícia Federal e que a operação é retaliatória. A empresa israelense fornecedora deste sistema foi alvo de busca e apreensão.

A nova descoberta, envolvendo esquemas de invasão de computadores, não é da mesma empresa que vende o rastreamento de geolocalização de aparelhos de telefone, o que levará a PF a ir atrás também da ponta fornecedora das ferramentas de intrusão de computadores.

A empresa israelense Cognynte, que desenvolveu o software First Mile — utilizado por arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para monitorar ilegalmente opositores e críticos do governo Jair Bolsonaro (PL) — está sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A empresa já é investigada pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

No governo Bolsonaro, em 2021, a PRF renovou contrato com a Cognynte. Nessa ocasião, a PRF estava sob a direção de Silvinei Vasques, preso posteriormente pela suspeita de utilizar a corporação para tentar interferir no segundo turno da eleição de 2022 para favorecer Jair Bolsonaro.

A descrição genérica do contrato mencionou “serviços de manutenção e treinamento” para uma ferramenta da empresa.

Reprodução

Eliziane Gama rebate ataques e ofensas de Bolsonaro: “ele está com medo de ser preso”

A relatora da CPMI do Golpe, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro lhe ofendeu e reclamou de seu relatório final porque “está com medo de ser preso”.

“Jair Bolsonaro foi o pior presidente da história do Brasil. Suas palavras ditas em ato hoje em Goiânia não valem nada, não me atingem. Mulher e nordestina sempre foram um alvo preferido para ele, já agredira antes a imprensa livre, os negros e os pobres, e tentou liderar um golpe no Brasil”, publicou a senadora.

“Bolsonaro está inelégível por 8 anos. O relatório da CPMI foi incorporado em sua totalidade às investigações do STF [Supremo Tribunal Federal]. Está com medo de ser preso e por isso fala tanta bobagem”, continuou.

O relatório afirma que Jair Bolsonaro “foi autor, seja intelectual, seja moral”, da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro.

Na sexta-feira (27), Bolsonaro disse que o relatório da CPMI “é tão desqualificado quanto a senadora” Eliziane Gama, que estaria, segundo ele, a serviço do ministro da Justiça, Flávio Dino.



Abin de Bolsonaro usou software israelense para espionar

Governo lança Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

“Política mostra o potencial real que existe na nossa cultura como ferramenta de emancipação social e econômica do nosso país”, disse a ministra da Cultura

O Ministério da Cultura anunciou o investimento de R\$ 15 bilhões no setor cultural até 2027, o equivalente a R\$ 3 bilhões por ano, com o lançamento da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultural (PNAB).

A política passou a ter caráter permanente com a assinatura do Decreto 11.740, tornando-se uma garantia de renda estável para o setor pelos próximos cinco anos. O decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia 19.

Os recursos para garantir o cumprimento do decreto virão do Fundo Nacional de Cultura e serão destinados de forma descentralizada, ou seja, com repasses da União diretamente aos projetos nos estados, municípios e no Distrito Federal.

De acordo com o Ministério da Cultura, a política prevê apoio a chamamentos públicos, prêmios, cursos, oficinas, performances, produções audiovisuais, atividades de economia criativa e solidária e aquisição de bens e serviços.

De acordo com o texto, para receber os recursos, os entes federativos e consórcios públicos intermunicipais precisarão cadastrar os planos de ação, com metas e ações, na plataforma TransfereGov. O prazo para cadastro começa no dia 31 de outubro.

Os planos terão de ser construídos com participação da sociedade civil e representantes locais da cultura. Essas informações serão usadas para elaboração do Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR).

Pelo menos, 20% dos recursos serão investidos em programas, projetos e ações de democratização do acesso à produção artística e cultural em periferias nas cidades e no campo, e em áreas de povos e comunidades tradicionais. Artistas circenses, nômades e ciganos poderão concorrer nos editais de fomento sem necessidade de apresentar comprovante de residência.

Segundo o ministério, os primeiros valores serão repassados a partir de 2024. Os repasses são considerados como despesa obrigatória, não podendo sofrer corte ou contingenciamento, conforme a pasta.

“A política vai irrigar o fazer cultural pelos próximos cinco anos para que possamos trazer novas possibilidades de esperança e organização para o setor cultural brasileiro, dando uma resposta à sociedade e mostrando o potencial real que existe na nossa cultura como ferramenta de emancipação social e econômica do nosso país”, disse a ministra Margareth Menezes.

Em junho 2020, foi criada a Lei Aldir Blanc para oferecer uma renda emergencial a trabalhadores e profissionais da cultura que interromperam o trabalho por causa das restri-

ções impostas pela pandemia de Covid-19. No ano seguinte, o prazo do auxílio emergencial foi ampliado.

Em 2022, o então governo federal editou medida provisória alterando as leis de apoio ao setor cultural, impactando na Lei Aldir Blanc, limitando o apoio financeiro. O Supremo Tribunal federal (STF) suspendeu, em novembro do mesmo ano, os efeitos da Medida Provisória 1.135/2022.

O homenageado com a iniciativa, o músico, poeta, escritor, cronista, compositor e letrista Aldir Blanc, que morreu em 2020 vítima da Covid-19, foi lembrado em dois vídeos no evento – um deles com depoimentos de nomes da música popular brasileira como Cristóvão Bastos, João Bosco, Moacyr Luz, Leila Pinheiro e Guinga.

Viúva do artista, Mary Sá Freire, subiu ao palco, onde fez uma fala emocionada. “Na dimensão onde se encontra, ele [Aldir] está muito orgulhoso e feliz. Agora a cultura vai recomeçar a ter um grande significado para o país e nós vamos ver o Brasil melhorar muito”.

ALDIR BLANC VALORIZA O BRASIL

Autora da Lei que deu origem à Política Nacional Aldir Blanc, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), salientou o fato da iniciativa ser duradoura. “Essa lei tem o escopo de uma lei permanente, não é mais emergencial, e por isso possibilita que façamos aquilo que é decisivo para a gente se considerar um país ativo, autônomo e soberano. Ela valoriza aquilo que os colonizadores não gostam, a nossa identidade, que é diversa, mestiça, plural, do ponto de vista étnico religioso, racial, gastronômico, todos os cabelos, lábios, altura, sotaque, jeito de ser, jeito de vestir. Não tem uma única linguagem que não esteja contida nela”.

“Essa diversidade nos faz um país que respeita a sua própria identidade. Não somos e nunca seremos um país homogêneo. O Brasil tem cidadãs e cidadãos que pensam, criam, executam e elaboram. O Estado não cria cultura. Ele tem que ter seus caminhos para que essa potência criativa aconteça, e esse é o papel que a ministra Margareth faz ao lançar a PNAB como uma estrada para que essas potências possam acontecer”, destacou.

“O Brasil conhece o Brasil a partir da potência dos territórios de todos os cantos. É a guitarrada, o frevo, maracatu, samba de roda, samba de coco, boi, Carnaval, pagode, tudo que a gente tem para além das outras artes, sejam cênicas, audiovisuais ou da rua. O espaço da rua é um espaço cultural na Lei. A cultura que se realiza na rua também é uma cultura a ser fomentada pela Lei Aldir Blanc porque ela apoia projetos e os espaços culturais”, concluiu Jandira.

“Não quero as Forças Armadas na favela brigando com bandido, não é este o papel delas”, afirma Lula

O presidente Lula afirmou nesta sexta-feira (27) que as Forças Armadas só vão colaborar na segurança pública no país e no Rio de Janeiro dentro das atribuições constitucionais de cada uma delas.

O presidente afirmou que, enquanto for presidente, não requisitará nenhum tipo de operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

“Eu não quero as Forças Armadas na favela brigando com bandido, não é este o papel das Forças. Enquanto eu for presidente não tem GLO! Eu fui eleito para governar esse país e vou governar esse país”, disse enfaticamente o presidente para jornalistas em café da manhã no Palácio do Planalto.

Dentro desta perspectiva, Lula disse que já determinou que Marinha e Aeronáutica ampliem a fiscalização em portos e aeroportos para combater os recursos do crime organizado.

“Eu determinei que a Aeronáutica reforçasse o policiamento nos aeroportos e que a Marinha reforçasse o policiamento nos portos brasileiros. Porque nos aeroportos, as drogas e as coisas que são contrabandeadas são quilos. Nos navios, são toneladas, são contêineres. É preciso que a Marinha e a Aeronáutica tenham essa disposição, e foi

feito um acordo com o ministro da Justiça (Flávio Dino), com o ministro da Defesa (José Múcio) e com o governo do Estado do Rio (Cláudio Castro)”, informou.

Lula disse ainda que a Polícia Federal também não deverá assumir as funções das forças de segurança estaduais. Segundo ele, o papel do órgão será de apoio na inteligência e investigação, mas não atuando diretamente no policiamento.

Questionado como estavam as relações com as Forças Armadas, Lula reforçou a importância da carreira militar e indicou que as Forças devem atuar no seu papel constitucional.

“O que aconteceu recentemente com o 8 de janeiro foi um desvio, pela existência de um governante que fazia tudo, menos governar. Que achava que poderia utilizar as instituições como instrumento dele para fazer política. Que não tinha nada de republicano na cabeça dele”, prosseguiu.

“O que nós estamos fazendo é tentar mostrar para a sociedade brasileira que militar não é melhor que civil, e civil não é melhor que militar. Que os dois são brasileiros, estão subordinados a uma Constituição, cada instituição tem sua função”, disse.



Política leva nome do compositor Aldir Blanc, morto na pandemia de covid



“A solução é que haja dois Estados, Israel e Palestina”, defenderam Milhares de brasileiros protestam em SP contra genocídio de Israel na Palestina

Milhares de brasileiros protestaram neste domingo (29) em caminhada na Avenida Paulista, no centro da capital, contra o genocídio que Israel está impondo ao povo palestino em Gaza. Um dos oradores denunciou que “já são 23 dias de chacina em Gaza”. A indignação contra esses crimes avança no Brasil e no mundo.

“Israel não conseguirá acabar com a resistência de todo o mundo”, disse um manifestante. “A solução é que haja dois Estados, Israel e Palestina”, disse o médico, ex-deputado e dirigente do PCdoB Jamil Murad.

Um dos organizadores do ato é o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), presidido pelo ex-deputado Jamil Murad. “Quase cinco mil crianças já morreram. Isso é inaceitável. É preciso sentar à mesa e negociar

um acordo”, afirmou. “São 10 mil civis mortos, 3 mil crianças, 2 mil mulheres. Isto é o que Israel conseguiu, mas Israel não conseguirá acabar com a resistência de todo o mundo”, denunciou um manifestante em carro de som que puxava a passeata.

Muitas bandeiras da Palestina tremularam na Avenida Paulista e cartazes denunciando os crimes de Israel pedindo paz na região.

Uma das conselheiras da entidade (Cebrapaz), Socorro Gomes, disse também que a determinação das organizações que reivindicam cessar-fogo na Faixa de Gaza é manter a mobilização no território brasileiro até que Israel pare de atacar os palestinos.

Presente na manifestação, Jade Percassi, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) disse que “pessoas de todos os credos e cores se somaram ao ato na avenida Paulista em defesa do povo palestino. Com

centenas de bandeiras e keffyes, as vozes de brasileiros e brasileiras uniram-se a representantes da comunidade árabe, cristã e islâmica, judeus contra o genocídio e organizações políticas como a Fepal e a Cebrapaz.”

Carolina Cruz, também do MST, afirmou que “o pequeno carro de som deu voz a parlamentares e militantes de diferentes partidos e movimentos sociais, embalados pelas palavras de ordem O estado de Israel, é estado assassino, e Viva a luta do povo palestino e tantas outras, demonstrando a indignação popular frente aos ataques de Israel à faixa de Gaza nos últimos 20 dias.”

No sábado, centenas de milhares de pessoas foram para as ruas em quase todos os continentes. Manifestantes denunciaram Israel nas ruas da Inglaterra, da França, da Itália, da Turquia, dos Estados Unidos e muitos outros países.

Freixo alerta para necessidade de combater as relações políticas das milícias no Rio de Janeiro

O presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Marcelo Freixo, que foi deputado estadual rio e presidiu a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), denuncia ação das milícias após o ataque promovido por ela que queimou 35 ônibus e um trem nesta semana, em retaliação a morte de um de seus líderes na Zona Oeste da capital fluminense.

Freixo ressalta que as milícias não apenas nasceram apadrinhadas pelas conexões políticas, mas cresceram exatamente porque existe apoio a elas nos poderes Executivo e Legislativo.

“A milícia não nasceu no cárcere. A origem está nas relações políticas, com setores da polícia dominando. O começo é no poder: domínios, territórios de interesse e eleição política. Não tem como falar da milícia sem falar da política. É um evento, uma consequência do tipo de política que se desenvolveu e se tornou hegemônico, infelizmente, no Rio de Janeiro”, lamentou, na entrevista ao Correio Braziliense e a TV

Brasil. Freixo aponta a omissão dos últimos governadores como a fonte permissiva das quadrilhas de policiais para avançarem e se tornarem um poder difícil de conter. “Na CPI das Milícias, conseguimos chegar à prisão de mais de 240 chefes. Todos foram presos. O relatório apresentou uma série de propostas, para tirar deles o domínio econômico e o domínio territorial. Esta parte não foi feita, pois interessava politicamente a alguns que não fosse feita. Então, há responsabilidade de um setor da classe política. Assistimos no Brasil a criminalização da política, mas, no Rio de Janeiro, foi o contrário — foi a politização do crime”, acusou.

O presidente da Embratur, que teve um irmão assassinado pela milícia, afirma: “Sei o que é uma família ser destruída pela violência e por esse, especificamente, crime organizado”, frisou.

Freixo reconhece que o abandono do estado e a falta de política pública em várias áreas da capital e do estado do Rio de Janeiro são fatores que

facilitam, e muito, a presença das milícias nos territórios, exatamente porque elas surgem usando como pretexto fazer aquilo que o poder público não faz. Elas cobram por isso e depois tornam essas populações reféns, inclusive, e especialmente, nos períodos eleitorais.

“O tráfico é tão organizado quanto, mas a milícia tem um elemento singular que deve ser debatido e compreendido por quem não mora no Rio de Janeiro. Foi muito grave o que aconteceu (na segunda-feira). Tem que pegar quem incendiou ônibus e quem mandou incendiar, mas tem que pegar, também, uma estrutura de poder do crime, que envolve uma economia local e um projeto de poder eleitoral”, adverte.

Para Freixo o episódio de segunda-feira foi péssimo para a imagem do Rio de Janeiro e para o turismo na cidade e no estado. “É ruim para o turista, é ruim para a imagem do Brasil. Mas é pior ainda para quem mora ali e não consegue voltar para casa. Além de ser vítima, cotidianamente, de um crime que se estabeleceu desde o início dos anos 2000”, observou.



Governador mineiro Romeu Zema ‘Recuperação fiscal’ de Zema privatiza estatais, arrocha salários e aumenta dívida de MG para R\$ 210 bilhões

O secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais, Gustavo Barbosa, admite que adesão de Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), proposto pelo governador Romeu Zema (Novo), não irá resolver o problema da dívida de Minas, apenas adia-lo.

Apesar de não ter mencionado essas palavras textualmente, o secretário calculou, durante audiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nesta quinta-feira (26), que a adesão ao RRF vai elevar a dívida pública dos atuais R\$ 160 bilhões para R\$ 210 bilhões em nove anos. Esse é o período de subordinação ao regime de recuperação fiscal. Isso já havia sido alertado pelo presidente da Casa, Tadeu Leite (MDB).

Ou seja, um aumento de 34%, conforme levantado na primeira audiência pública ocorrida no último dia 24 sobre a proposta do governo. Um abacaxi que terá que ser descascado pelos dois próximos sucessores do atual governador, Romeu Zema (Novo) e que também vai impactar, principalmente e – ainda mais – os servidores públicos e os mineiros em geral.

Em resumo, o Estado vai entrar no RRF com uma dívida de R\$ 160 bi e sai dele devendo R\$ 210 bi. O RRF, avalia Leite, vai tão somente transferir o problema da dívida para outros governadores.

Nesse mês, vence a liminar que suspende o pagamento do serviço da dívida, conquistada no período do ex-governador Fernando Pimentel (PT). Zema, em quatro anos, 10 meses e 27 dias de mandato não pagou um centavo da dívida até hoje.

Aumento da dívida, arrocho salarial e privatização de estatais é o que o governador bolsonarista tem proporcionado à população. Apesar de ter aumentado em quase 300% seu próprio salário, passando de R\$ 10.500 para R\$ 41.845,49, Zema não prevê aumento real para os servidores de Minas Gerais nos próximos 9 anos.

ARROCHO DE SERVIDORES

É o que diz o Projeto de Lei (PL) 1.202/2019 que trata da adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal. Estão previstas apenas duas recomposições salariais, uma para 2024 e outra para 2028, de miséris 3%. “O que o governador Zema faz é uma proposta covarde”, diz Luiz Fernando Pereira Souza, secretário-adjunto de Serviços Públicos da CTB Minas e diretor-adjunto de Servidores do Poder Judiciário da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil).

Para o sindicalista, o estado não vai conseguir avanços em sua condição financeira e quem vai arcar com a conta são os trabalhadores do serviço público de Minas Gerais. “Tanto a CTB quanto nós, servidores, somos totalmente contra um projeto de lei que vai proibir concursos públicos, que vai proibir recomposição salarial. Vamos brigar muito contra a tramitação desse projeto”, sustenta.

Valéria Morato, presidenta da CTB Minas, corrobora a posição do presidente da ALMG. “A dívida de Minas Gerais com a União vai aumentar – e muito – com a adesão do estado ao RRF, um crescimento de 34%”.

O RRF, explica Valéria, “apenas posterga o início do pagamento da dívida, e por nove anos vamos pagar os juros deste adiamento”. “Não resolve o problema financeiro do estado e ainda traz enormes prejuízos, tanto para a população com o previsível sucateamento dos serviços, quanto para os servidores”, continua.

“A CTB Minas já tem se colocado de forma contrária ao RRF desde o início, pois consideramos um projeto contra o povo mineiro. É novamente Minas Gerais indo na contramão do Brasil, com teto de gastos, congelamento de folha de pagamento e baixo investimento no estado”, afirma em nota a entidade. Para Valéria, é necessário que se discutam alternativas. “Ao contrário, o que temos visto são benefícios fiscais de Zema a seus apoiadores. Essa é a gestão técnica do governador”.

Também para a prefeita de Contagem, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Marília Campos (PT), “O RRF não equaciona o problema da dívida, apenas a adia e agrava o problema”. Segundo ela, a dívida de Minas disparou no governo Zema. “Nos últimos cinco anos, passou de R\$ 113,818 bilhões para R\$ 169,096 bilhões e caminha, ainda neste governo, para ultrapassar a marca de R\$ 200 bilhões”.

PRIVATIZAÇÕES

O ultraliberal Romeu Zema enviou à Assembleia Legislativa no dia 10 de outubro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim à obrigatoriedade do governo de consultar a população para vender empresas públicas consideradas estratégicas. No pacote, estatais como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), entre outras.

A manobra foi criticada por deputados de diversos partidos, inclusive daqueles que ocasionalmente votam com o governo, como Tadeu Leite. “Essa é uma decisão a ser construída pelos parlamentares da ALMG, afinal, a medida determina a retirada de mecanismo de participação, de escuta da população”.

Metalúrgicos entram em greve contra 'demissões ilegais da GM'



SindmetatSJC

Eduardo Saraiva/Fotos Públicas



Redução de tarifa prometida em privatização da Sabesp é falsa, afirma professor da USP

Em entrevista à Rádio USP, o professor Pedro Luiz Côrtes, da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP, afirmou que as promessas feitas pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, de que as tarifas de água serão reduzidas com uma possível privatização da Sabesp são insustentáveis.

O especialista explica que, "de acordo com o próprio International Finance Corporation (IFC), contratado pelo governo de São Paulo para fazer a modelagem da privatização, 'por mais que a gestão privada seja eficiente e com os investimentos de custos operacionais a serem realizados, isso somente não garantiria uma redução das atuais tarifas da Sabesp'. E sugere: 'Usar parte dos recursos recebidos na transação pela venda de parte de suas ações para reduzir tarifas de imediato'".

De acordo com o professor, essa redução tarifária e a suposta antecipação da universalização do saneamento – também divulgada na propaganda pró-privatização – seriam com garantidas com 30% dos recursos obtidos com a venda de ações da Sabesp e parte do lucro da empresa destinada ao governo, servindo como subsídio. "Na

prática, ele pegaria parte do que foi arrecadado com a privatização, constituiria um fundo e os dividendos recebidos seriam utilizados para subsidiar a tarifa".

"Para termos uma ideia, no ano passado, o governo estadual recebeu mais de R\$ 436 milhões em dividendos pela sua participação na composição acionária da empresa. Na prática, então, o governo diz que vai subsidiar uma empresa privada e essa não me parece uma lógica condizente com o neoliberalismo que o governador tanto defende. Com essa proposta, as tarifas serão reduzidas apenas por um curto período, produzindo uma sensação artificial de benefício, porém, isso é insustentável financeiramente", afirma o professor. "Seria o equivalente a vender uma casa e usar o dinheiro obtido para morar de aluguel na mesma casa. Um dia o dinheiro acaba".

Côrtes destaca ainda que a modelagem e esse fundo não estão delineados. "Não está claro também o quanto ele pretende arrecadar com uma eventual privatização da Sabesp. Fica difícil eu dizer que vou pegar 30% de 'não sei quanto' e montar um fundo para subsidiar a tarifa de alguma forma. Isso também não está delineado, não foi apresentado um estudo com valores, com

projeções, cenários. Como seria dado esse subsídio? Da maneira que está colocada, essa redução não é sustentável", ressalta.

Outro argumento rebatido pelo especialista é o de que a privatização garantirá a universalização do serviço antes do prazo definido pelo Marco Legal do Saneamento Básico. De acordo com o professor, o Marco, aprovado em 2020, prevê que os serviços de saneamento sejam universalizados até 2033, o que o governo estadual diz querer adiantar em até quatro anos por meio da privatização. Contudo, a Sabesp já trabalha com metas de universalização mais bem arrojadas do que o proposto pelo projeto da atual gestão.

"O governo está propondo algo que já está em pleno curso e a privatização não vai representar um ganho relativo em relação a isso, já que a Sabesp tem condições de fazer isso da maneira que ela está", ressalta.

O projeto para privatização da Sabesp foi enviado à Alesp pelo governo em caráter de urgência, com prazo para receber emendas parlamentares até a segunda (23). Para Pedro Luiz Côrtes, debates avaliam que uma mudança desse tipo não deveria ser feita por um projeto de lei simples e sim por Emenda Constitucional.



Divulgação/PPF

Policiais federais fazem dia de protestos em todo o país em defesa de reajuste salarial

Os policiais federais protestaram em todas as superintendências da corporação no país e em frente à sede do órgão, em Brasília (DF), ao longo da quinta-feira (26), para pressionar o governo federal por recomposição salarial.

A manifestação foi organizada pelas principais entidades de classe da categoria, como ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), a APCF (Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais), Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais), a Fenadepol (Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), e o Sinpedcf (Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal).

De acordo com as entidades, os delegados e agentes da Polícia Federal receberam mais responsabilidades, como o controle de armas de fogo, antes atribuição do Exército, sem que, no entanto, tenha havido contrapartidas para a corporação.

A categoria também argumenta que o cancelamento de uma reunião de negociação das entidades com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que estava marcada, foi "a faísca para a mobilização".

"O momento é super importante. Nós já vivemos isso no ano passado, e, infelizmente, estamos vendo acontecer a mesma coisa. Uma enrolação! Temos que mostrar que estamos dispostos a brigar por aquilo que merecemos. Essa é a mensagem que estamos passando porque não vamos admitir que aconteça a mesma coisa de anos anteriores", afirmou o presidente da Fenapef, Marcus Firme.

A presidente da Fenadepol, delegada Tania Prado, ressaltou a importância da união de todas as categorias da Polícia Federal, "para mostrarmos ao governo nosso inconformismo com os rumos que estão dando no tratamento ao fator humano da instituição que tanto tem trabalhado pela segurança interna do País", afirmou.

As entidades afirmam que os protestos de quinta-feira foram os primeiros de um cronograma mais amplo de mobilizações que estão em andamento, inclusive com indicação de paralisação das atividades em 16 de novembro, Dia do Policial Federal, que já foi aprovada pela categoria.

Os policiais afirmam que, apesar de os servidores federais terem tido reajuste de 9% em maio, "o aumento não foi suficiente para cobrir a defasagem na carreira". O presidente da APCF, Willy Haufler Neto, destacou que "as sucessivas perdas e a ameaça de descumprimento dos compromissos assumidos com a reestruturação já vêm de governos anteriores e tem sido continuada no governo atual".

"Nós estamos em estado de mobilização para tornar pública a nossa indignação com essa desvalorização que as carreiras da Polícia Federal vêm sofrendo, além do tratamento diferenciado dado a outras carreiras e não estendido à PF. Novamente, a valorização da segurança pública parece ficar apenas em promessas de campanha, o que não será aceito passivamente", afirmou.

Ministro Lupi afirma que reforma da Previdência pode ser revista em 2024

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, declarou em uma audiência na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, na terça-feira (24), que uma eventual mudança na reforma previdenciária será analisada a partir de 2024 pelo Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), que reúne integrantes do governo, dos aposentados e pensionistas, dos trabalhadores e dos empregadores.

Na ocasião, questionado sobre uma possível revogação da Reforma Previdenciária, o ministro disse que tem críticas pessoais a ela, mas que a decisão não depende dele. "Eu acho um absurdo, e coloco um tópico aqui para vocês pensarem: se eu moro, a minha mulher vai receber 60% da minha pensão. No pior momento da vida dela, onde praticamente ela fica sozinha. Estou dizendo um aspecto que eu defendo, é meu direito como cidadão assumir uma posição. Não estou dizendo que estou certo ou errado. Mas isso vai ser examinado pelo Conselho", afirmou.

Segundo ele, ainda não é possível afirmar se haverá anulação de qualquer ponto da Re-

forma, já que eventuais ações dependem do estudo que ainda não tem previsão de ser finalizado.

"O Conselho Nacional da Previdência Social, a partir do ano que vem, vai começar a examinar esse assunto com cuidado porque isso mexe com as finanças e gera uma polêmica danada", pontuou.

A Reforma Previdenciária, feita no governo Bolsonaro em 2019, acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição, e definiu como tempo mínimo de contribuição 15 anos para mulheres e 20 para homens no setor privado, e 20 para os dois gêneros no caso de servidores; impôs idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres se aposentarem e reduziu o valor de pensão por morte, entre outros.

Durante a campanha eleitoral, o presidente Lula falou em diversos momentos que a proteção previdenciária é um direito de todos, que a partir da Reforma milhares de trabalhadores ficaram excluídos do sistema, e prometeu fazer uma "revisão" na legislação em vigor.

Em negociação mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho, multi se recusou a suspender as demissões e reunião terminou sem acordo

Os metalúrgicos da General Motors de São José dos Campos, Mogi das Cruzes e São Caetano do Sul cruzaram os braços desde a manhã desta segunda-feira (23), após a demissão em massa de funcionários em suas três fábricas do estado de São Paulo.

Os trabalhadores foram demitidos por e-mails e telegramas, no sábado (21), sem que tenha havido nenhuma negociação prévia com os sindicatos da categoria. Conforme o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, a empresa ainda não informou quantos funcionários foram demitidos.

A paralisação por tempo indeterminado foi decidida por unanimidade em assembleia realizada em frente ao sindicato, no domingo (22), e confirmada pelos trabalhadores em outra assembleia na manhã desta segunda. De acordo com o sindicato, "a fábrica só voltará a produzir após o cancelamento dos cortes e garantia de estabilidade no emprego para todos".

As demissões pegaram a todos de surpresa, já que, em junho, a montadora assinou um acordo de layoff (suspensão dos contratos de trabalho) com o sindicato, garantindo estabilidade no emprego para todos os funcionários até maio de 2024. Segundo o sindicato, as demissões atingem tanto os trabalhadores que estavam em layoff como os que estavam na fábrica.

O sindicato afirma que além de quebrar o acordo de layoff, a GM descumpriu a legislação que obriga empresas a abrirem nego-

ciação com o sindicato da categoria antes de realizarem demissão em massa, e que parte dos salários dos 1.200 trabalhadores que estão em layoff é paga com recursos públicos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

"Esta greve confirma a tradição de luta dos metalúrgicos da General Motors. Vamos pressionar o presidente Lula, o governador Tarcísio, o prefeito Anderson e a própria empresa. A GM agiu de forma ilegal, por desrespeitar o acordo e a legislação, e imoral, por desrespeitar os trabalhadores. Não vamos produzir um parafuso sequer, enquanto as demissões não forem canceladas", afirma o vice-presidente do sindicato, Valmir Mariano.

O sindicato também contesta a justificativa da empresa para as demissões, alegando que são consequência da queda nas vendas e exportações nos últimos meses. Conforme nota do sindicato, "não existe crise na GM", mas um processo de reestruturação da montadora em todas as suas unidades, no mundo. "Nos Estados Unidos, os companheiros da GM estão em greve há um mês, por melhores salários e direitos. Em São José dos Campos, também reivindicamos a redução da jornada sem redução de salário", afirma o sindicato.

Com a greve, a fábrica de São José dos Campos deixa de produzir cerca de 150 carros por dia. A unidade, que tem cerca de 4 mil trabalhadores, produz os modelos S-10 e Trailblazer, motores e transmissão.



Em campanha salarial, petroleiros fazem semana de mobilização por aumento

Os trabalhadores da Petrobras iniciaram uma série de paralisações nas unidades da estatal por todo o país, na sexta-feira (27). A mobilização foi organizada pelos sindicatos ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e segue durante semana.

O movimento ocorre em reação à proposta da Petrobras para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que oferece 1% de ganho real. Contra o que foi oferecido pela direção da empresa, os petroleiros reivindicam 3% de ganho real e mais 3,8% de reposição referente às perdas passadas, além de equiparação entre tabelas salariais da Petrobras e das subsidiárias. Os trabalhadores pedem, ainda, os "resgates" do plano de saúde e do fundo de pensão da Petrobras, além de questões ligadas à saúde e segurança do trabalho, entre outras reivindicações.

As paralisações estão sendo intercaladas por segmentos: na sexta, começou nas refinarias e usinas termelétricas (UTES). As subsidiárias da Petrobras param hoje (30), e as unidades administrativas, na terça (31). Por fim, as bases de exploração e produção, na quarta (1º).

A FUP e a FNP destacam que, entre 2021 e 2022, a Petrobras distribuiu mais de R\$ 380 bilhões em dividendos aos acionistas privados. "É inadmissível uma empresa com resultados extraordinários, como a Petrobras, continuar sacrificando os trabalhadores, enquanto os acionistas se apropriam da riqueza coletiva", diz a FUP em nota.

"A política do governo anterior de dilapidar a empresa para gerar rentabilidade máxima ao mercado financeiro teve consequências nefastas para o país e para os trabalhadores, que ainda sofrem as consequências desse projeto. Vide o gravíssimo quadro de sofrimento mental, assédios, doenças ocupacionais e insegurança que afeta a categoria", continua a nota.

Uma entidade aponta que a política deliberada da gestão passada de redução drástica dos efetivos, de retirada de direitos e de arrocho salarial precisa ser reparada nesta campanha reivindicatória. "O recado da categoria tem que ser à altura da insatisfação que foi refletida no resultado unânime das assembleias, que rejeitaram a segunda contraproposta da Petrobras e das subsidiárias", completou a nota.

Massa recebe apoio de 16 dos 23 governadores para derrotar Milei



Concentração na Estação Grand Central Judeus ocupam estação de trem em NY para exigir que Israel pare genocídio

Milhares de judeus atenderam ao chamado da organização Jewish Voice for Peace e ocuparam o principal salão da estação de trem novaiorquina Grand Central, em Manhattan para exigir que Israel pare com o genocídio de palestinos em Gaza.

Os manifestantes portavam cartazes declarando “Judeus exigem cessar-fogo já”, “Lamentar os mortos, lutar desesperadamente pelos vivos”, “Não em nosso nome”, “Biden você não tem como esconder sua cumplicidade com o genocídio” e “Palestina Livre”.

Grande parte dos manifestantes vestiam camisetas afirmando “Não em nosso nome” e “Cessar-fogo já”.

A polícia chegou para desalojar os manifestantes que realizaram a manifestação na hora de pico de movimento e houve confronto com a polícia da cidade e cerca de 200 manifestantes foram detidos.

“Sou uma judia norte-americana e não posso ficar parada vendo um genocídio cometido em nosso nome”, disse uma das manifestantes entrevistado pelo portal World Socialist Web.

O grupo já havia realizado outro protesto em Nova Iorque e ainda outro em Washington, duas semanas atrás, quando ocuparam o Congresso dos EUA e só saíram quando reprimidos pela polícia que fez 300 presos.

A manifestação foi iniciada com o acender de velas de Shabat e a recitação de uma oração judaica dedicada aos mortos, conhecida como Kadish.

“Embora o Shabat seja tipicamente um dia de descanso, não podemos nos dar ao luxo de descansar enquanto o genocídio se desenrola em nossos nomes”, disse o rabino May Ye, que comandou a oração pelos mortos.

“As vidas dos palestinos e dos israelenses estão interligadas e a segurança só pode vir da justiça, da igualdade e da liberdade para todos”, disse o rabino.

Sindicato nos EUA arranca da Ford 11% já, e 25% em quatro anos, após 40 dias de greve

Quando a greve começou a Ford oferecia 9% e o Sindicato exigia 40%. Com a força da greve foi possível chegar a esse Acordo. (divulgação)

O Sindicato UAW informa que o Acordo a ser ratificado pela categoria é superior a todos os ganhos obtidos entre 2001 e 2022 e que haverá compensação da alta do custo de vida ao longo da Convenção Coletiva.

O Sindicato dos Trabalhadores Automotivos Unidos (UAW) conquistou um acordo provisório “histórico” de 25% de aumento salarial para os metalúrgicos da Ford durante os próximos quatro anos, o que deve resultar no fim da paralisação que afeta a multinacional azul nos Estados Unidos, desde 15 de setembro, além da General Motors (GM) e Stellantis [grupo franco-italo-americano].

O acordo também incluiu um aumento imediato de 11%, além de ajustes de custos de vida e ganhos em pensões e seguros-desemprego. Segundo o UAW, se ratificada pela categoria, a negociação pode aumentar o salário máximo dos funcionários para mais de US\$ 40 por hora. O valor atual é de US\$ 32/hora. Já o salário inicial passaria a ser de US\$ 28. Junto com o reajuste salarial, isso permitirá que um novo empregado da companhia

ganhe cerca de 68% a mais, enquanto os que ganham salários mais altos alcancem um reajuste de 33%.

Segundo o presidente do UAW, Shawn Fain, o avanço somente foi possível depois que a paralisação alcançou nos últimos dias as unidades mais rentáveis dos chamados “Três Grandes de Detroit”. Apesar de ser um percentual inferior aos 40% reivindicado inicialmente, explicou Fain, está bem acima dos 9% propostos em agosto pela Ford antes dos trabalhadores terem decidido cruzar os braços.

O diretor-presidente da Ford, Jim Farley, disse que a partir de agora a empresa está focada em fazer com que os 20 mil funcionários retornem ao trabalho para reativar as fábricas de montagem em Kentucky, Michigan e Chicago. Segundo o sindicato UAW, o acordo com a Ford é superior a todos os aumentos obtidos entre 2001 e 2022.

Faltando ainda ser ratificado pelos trabalhadores da Ford, antes de ser finalizado, o acordo fixou o patamar mínimo que o Sindicato exigirá agora da GM e da Stellantis para pôr fim ao movimento. “Pedimos a todos os trabalhadores da Ford em greve que venham trabalhar enquanto votamos o acordo provisório. Vamos voltar ao trabalho para manter alta a pressão alta”, ressaltou o vice-presidente do UAW, Chuck Browning.



Peronista Sergio Massa e fascista Javier Milei se enfrentam no 2º turno

Comissariado de Direitos Humanos da ONU denuncia crimes de guerra de Israel em Gaza

“A punição coletiva da população da Faixa de Gaza por Israel, a privação de produtos essenciais e de água, bem como o bombardeio de áreas densamente povoadas são crimes de guerra de acordo com o direito humanitário internacional”, afirmou a porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Ravina Shamdasani, na sexta-feira (27).

Segundo as Nações Unidas, a ordem de evacuação emitida por Israel afetará mais de um milhão de pessoas, metade da população de Gaza, e poderá ter consequências humanitárias devastadoras.

SEM COMBUSTÍVEL

“No que diz respeito ao combustível, ainda não temos um acordo com Israel para poder fornecê-lo a Gaza”, disse Lynn Hastings, representante da ONU para a Coordenação Humanitária nos Territórios Ocupados da Palestina, acrescentando que o combustível que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina recebe também é muito limitado. A fonte da agência é a estação no posto de controle de Rafah, onde o combustível pago pelo Catar é entregue pelo Egito, de acordo com o comunicado da diplomata.

Porém, a agência nem sempre tem acesso a essa fonte devido aos múltiplos problemas de coordenação com o governo israelense. “O combustível está acabando e não há informações sobre outros suprimentos”, resumiu Hastings.

Até à data, as hostilidades causaram mais de 7.000 mortes na Faixa de Gaza, inclu-



Bombardeio israelense contra Gaza se intensifica

do pelo menos 2.913 menores e mais de 18.000 feridos; e mais de 1.400 mortes e quase 5.500 feridos em Israel, de acordo com os últimos dados disponíveis. A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores de Israel, Lior Haiat, disse ao portal Político que “a Anistia Internacional é uma organização anti-semita tendenciosa”. Tudo porque a entidade humanitária argumentou que há crimes de guerra perpetrados no conflito entre Israel e o Hamas e apelou a um cessar-fogo imediato.

Haiat também expressou que a Anistia “carece de autoridade moral para se autodenominar uma organização de direitos humanos”.

O motivo da incomformidade é um comunicado divulgado na quinta-feira (26) em que a secretária-geral da Anistia Internacional, Agnès Callamard, disse que a sua organização registrou provas de “violações dos direitos humanos e crimes de guerra por todas as partes” no conflito.

A ativista, sem apontar para nenhum lado em particular, insistiu que a detenção imediata das hostilidades é a forma mais eficaz de proteger os civis e aliviar o desastre humanitário. Apesar desse esforço de Callamard em ficar equidistante, Haiat tenta desautorizá-la

dizendo tratar-se de “uma organização de propaganda que trabalha para os terroristas do Hamas”.

CORTE DA COMUNICAÇÃO

As forças da ocupação de Israel estão informando que irão “expandir as operações por terra em Gaza (segundo reporta o jornal israelense Haaretz).

Ao mesmo tempo, as comunicações por internet estão sendo postas fora do ar por ação sabotadora israelense.

O primeiro-ministro palestino, Mohammad Shtayyeh, declarou em entrevista para a rede Al-Araby Al-Jadeed (do Catar) que as falhas generalizadas de comunicação e internet são causadas propositalmente por Israel para aprofundar as atrocidades contra o povo palestino.

“Cortar as comunicações e a internet é uma tentativa por Israel de criar um estado de escuridão de forma a cometerem mais crimes”, alertou Shtayyeh.

“O que está acontecendo em Gaza é uma preparação para uma incursão por terra. É um momento histórico para toda pessoa livre e consciente agir e deter o massacre”, destacou.

Torcida do Celtic faz ecoar em estádio escocês apoio aos palestinos de Gaza

“Palestina Livre”, diz uma das faixas abertas no estádio Celtic Park (Reprodução)

Ao demonstrarem sua solidariedade aos palestinos que sofrem o massacre em Gaza, a torcida do time Celtic da Escócia fez tremular bandeiras da Palestina, ao tempo em que entoavam: “Você nunca estará sozinho”.

Não é a primeira vez que os torcedores do Celtic demonstram em estádio de futebol sua solidariedade ao povo palestino, desta vez os torcedores rejeitaram a posição da UEFA (a federação europeia de futebol) que instava todas as torcidas europeias a não demonstrarem solidariedade diante do sofrimento da população de Gaza.

Como afirma o portal Middle East Monitor, os torcedores sentiram que a situação dos que vivem em Gaza é muito grave, de forma que não poderiam calar.

A demonstração de apoio aos palestinos aconteceu no jogo entre o Celtic e o Atlético de Madri na cidade escocesa de Glasgow, na noite de quarta-feira (25) pela Liga dos Campeões da UEFA.

Segundo a BBC, “o estádio Celtic Park foi tomado por um mar de bandeiras palestinas”.

As bandeiras palestinas têm tremulado nos jogos locais do Celtic desde o início do massacre em Gaza, no dia 7 de outubro.



“Palestina Livre”, diz faixa aberta no estádio Celtic Park

No jogo de agora, também foram erguidas faixas defendendo “Palestina Livre” e “Vitória para a Resistência”.

Quando os integrantes da torcida do Celtic, denominada “Brigada Verde” soube da restrição às bandeiras palestinas nos jogos da UEFA, eles lançaram uma declaração afirmando: “Queremos reiterar nossa inabalável determinação de que nós e integrantes de outras torcidas temos o direito, enquanto simples cidadãos, de expressar nossos pontos de vista políticos nas arquibancadas, assim como podemos fazer em demais áreas da sociedade”.

“O futebol segue como uma das poucas áreas da vida pública onde os integrantes da classe trabalhadora podem expressar sua genuína agenda política e

não cederemos a ditames de um conselho diretor elitista que tem demonstrado distância da história e tradições do Celtic Football Club”, prossegue a declaração.

“Apesar das declarações hipócritas contra nossa torcida, não temos absolutamente nenhuma dúvida de que estas sanções [a exemplo da ameaça de escorraçar torcedores que declararem apoio aos palestinos] são motivadas pelo desejo de vetar qualquer declaração política nas fileiras da torcida do Celtic, especialmente quando se trata de apoio à Palestina neste momento”.

“Apesar disso”, finaliza a declaração, “encorajamos os nossos torcedores a corajosamente fazerem tremular a bandeira da Palestina”.

Candidato, ao receber o apoio de 16 governadores peronistas e aliados, lançou a conclamação de união

Nesta semana, o tabuleiro político na Argentina rapidamente respondeu à vitória do candidato peronista Sergio Massa no primeiro turno sobre o fascista Javier Milei, com a proposta de governo de união nacional – a versão argentina para a frente ampla – recebendo importantes apoios, em paralelo ao desmanche da coalizão Juntos pela Mudança, após a adesão da ex-candidata Patricia Bullrich, ao lado do ex-presidente Mauricio Macri, ao autodenominado “anarcocapitalista”.

A opositorista Elisa Carrió, líder da Coligação Cívica e uma das líderes do Juntos pela Mudança, rechaçou rotundamente na quarta-feira a adesão a Milei.

“Não vamos dar um salto no vazio da venda de órgãos de quem viola os direitos humanos. Não concordamos com a venda de crianças, tudo isso vai levar a crimes contra a humanidade”, disse Carrió, que acusou o ex-presidente Macri de destruir o Juntos pela Mudança.

“Ninguém entendeu quando eu disse ‘não falo mais com Macri’. O que Macri vai fazer é desgastar Horácio [Larreta, ex-prefeito de Buenos Aires], entregar Patricia e ir com Milei, então para mim é previsível”, disse. Para ela, Macri “sempre jogou por Milei”. Já Macri, que entregou a Argentina ao FMI e aos fundos abutres, agora diz que “Milei é o único caminho que a Argentina tem hoje” e definiu seu apoio ao fascista como “incondicional”.

Primeiro – ele assinalou – resolver a questão cambial, estabilizar os preços, lograr o equilíbrio fiscal em 2024, juntar reservas e intervir com decisão para restabelecer uma distribuição da renda como a que havia nos governos de Cristina. “Está sendo armado um plano de estabilização com condimentos heterodoxos importantes, que gerem apoio social e facilitem um grande acordo nacional para passar de página depois de quase uma década de estancamento ou derrubada da economia”.

Na quarta-feira, nove governadores opositoristas – atuais ou eleitos – que apoiaram Bullrich declararam “neutralidade”, ao mesmo tempo em que concentraram a artilharia contra o fascista: “não vamos contribuir para uma maior fragmentação do rendimento do nosso povo, forçando a dolarização sem dólares”, eles afirmaram, em comunicado conjunto.

O próprio Milei passou o maior recibo, ao acusar os dirigentes da União Cívica Radical, que no primeiro turno apoiou Bullrich, de “traidores”. “A boa linha do radicalismo foi substituída pela de Yrigoyen e Alfonsín, que foi o que nos trouxe a hiperinflação, que promoveu a social-democracia que nos afunda e torna este país miserável”, exaltou-se, dizendo ainda que eles “não são muito diferentes dos Kirchneristas”.

Sinal dos tempos, setores do radicalismo estão exigindo que o vice na chapa de Bullrich, o radical Luis Petri, seja expulso do partido por endossar Milei. Por sua vez, o governador de Jujuy e chefe da UCR, Gerardo Morales, diz que não fala com Macri “há um ano”.

Até mesmo nas fileiras de Milei começam as deserções, com três dos cinco deputados eleitos pela A Liberdade Avança na província de Entre Ríos se declarando rompido, por não admitirem o conchavo “com a casta”.

Enquanto isso, o peronismo, com suas muitas alas, marcha unido e na quinta-feira (26) Massa recebeu o apoio de 16 governadores peronistas e aliados e de 80 prefeitos. A Argentina tem 23 governadores de províncias e a capital Buenos Aires é uma cidade autônoma.

Em sua campanha, Massa tem chamado o povo argentino aos brios para barrar nas urnas o fascista e aumentar a diferença. “Esse não é um país de merda, como se tem dito – mas um grande país”, declarou, citando um dos rompantes de Milei, exatamente no

episódio em que o fascista tentou provocar uma derrubada do peso e corrida ao dólar blue na Argentina na véspera do primeiro turno.

UNIÃO NACIONAL

Além de convocar todas as forças vivas à união nesse momento atribulado da vida argentina, Massa chamou para coordenar a definição de uma política anticrise, a ser acordada também com os governadores, ao economista Roberto Lavagna, que encabeçou, sob os governos Duhalde e Néstor Kirchner, a recuperação da economia argentina pós-fuga de Fernando de La Rúa da Casa Rosada de helicóptero.

Um dos economistas que participa nessas discussões disse ao jornal Página 12 que “teremos que aproveitar o impulso da vitória para assentar as bases do que serão os quatro anos de governo de Sergio”.

Primeiro – ele assinalou – resolver a questão cambial, estabilizar os preços, lograr o equilíbrio fiscal em 2024, juntar reservas e intervir com decisão para restabelecer uma distribuição da renda como a que havia nos governos de Cristina. “Está sendo armado um plano de estabilização com condimentos heterodoxos importantes, que gerem apoio social e facilitem um grande acordo nacional para passar de página depois de quase uma década de estancamento ou derrubada da economia”.

Nas pesquisas, mais motivos para o estranho comportamento de Milei em um recente programa de televisão. Na sondagem de intenção de voto da consultoria Analogias divulgada na quinta-feira, Massa se mantém na frente com 42,3% contra 34,3% de Milei. Não decidiram o voto 17,5%. Em branco, 5,8%. A pesquisa foi realizada entre 23 e 25 de outubro, com 1.954 entrevistados.

A pesquisa da CB Consultora revelou um empate técnico, dentro da margem de erro, de 41,6% para Milei a 40,4% para Massa. Indíceis: 7,5%. Em branco ou abstenção: 10,4%. Margem de erro: +/-2,4%. Um pequeno senão: na última pesquisa antes do primeiro turno a CB errou feio a votação de Massa e quase cravou a de Milei. A sondagem foi realizada online entre 23 e 24 de outubro, com 1.715 pessoas entrevistadas.

SURTADO

A farsa do “destruidor da casta” não resistiu ao resultado do primeiro turno e o beija-mão de Bullrich a Milei foi melancólico. Antes, para criar um clima, Milei havia postado um meme ridículo, em que se retratava como um “leão” enternecido acolhendo nos braços uma pata, a ex-candidata do Juntos pela Mudança. Cena que o promotor do encontro, Macri, abrilhantou com o comentário “lá vem a monotonera” – como Milei costumava se referir aos tempos distantes em que Bullrich teve breve passagem pela organização antiditadura.

O que inspirou um rapper argentino, em um recital: “Não sou um falso leão, não faço rancho com gatos nem abraço pato”.

O tiroteio que se seguiu nas hostes da oposição tradicional, frente ao endosso a Milei, levou Macri a dizer que seus ex-companheiros fingem ser neutros mas vão mesmo é votar em Massa. Desse, ele disse que não tem como confiar, e comprovou: “Assinou um relatório do FMI que proibia fazer gasoduto, depois fez o gasoduto. Um sem palavra”.



Poeta Heba Abu Nada - (Arquivo Pessoal)

Bombardeio israelense mata poeta da palestina

“Se morrermos, saibam que estamos satisfeitos e firmes, e digam ao mundo, em nosso nome, que somos pessoas justas, do lado da verdade”

Israel assassinou, com um bombardeio, em Khan Yunis, no sul de Gaza, a romancista e poeta Heba Abu Nada, de 32 anos, na última sexta-feira (20), segundo o Ministério da Cultura palestino.

Em um poema postado no dia 8 nas redes sociais, Heba havia descrito o horror da carnificina cometida pelos israelenses. “A noite da cidade é escura, exceto pelo brilho dos mísseis, silenciosa, exceto pelo som dos bombardeios, assustadora, exceto pela garantia das sínclicas, negra, exceto pela luz dos mártires”.

“Se morrermos, saibam que estamos satisfeitos e firmes, e digam ao mundo, em nosso nome, que somos pessoas justas, do lado da verdade.”

Autora do romance *Oxygen is Not for the Dead* (Oxigênio não é para os mortos, em tradução livre), de 2017, Heba foi agraciada com o segundo lugar no Prêmio Sharjah de Criatividade Árabe pela estreia. Ela era formada em bioquímica pela Universidade Islâmica de Gaza e mestre em nutrição clínica.

A Editora Tabla, que publica livros sobre culturas do Oriente Médio e Norte da África, homenageou pelo Instagram a poetisa, com uma foto dela e sua última mensagem. “Que haja uma dimensão, um canto nesse vasto universo onde a alegria, o riso e a dignidade dessas milhares de crianças e jovens possam existir, se espalhar e seguir iluminando.”

Nas redes sociais, começam a se multiplicar as homenagens a Heba. “Com grande tristeza lamentamos uma das mais talentosas poetisas e romancistas feministas de Gaza, Heba Abu Nada”, postou o cientista político e pesquisador palestino Abdalhadhi Aljila.

Pelo menos outros dois artistas palestinos foram mortos também pelas bombas israelenses. A artista plástica palestina Heba Zagout, de 39 anos, foi assassinada com seus dois filhos pequenos em um ataque aéreo israelense em Gaza, uma semana antes. Ela conquistou muitos seguidores nas redes sociais por suas pinturas vibrantes de paisagens e pessoas palestinas, especialmente por suas representações de cenas de Gaza e Jerusalém.

O artista Mohammed Sami, 23 anos, foi morto ao lado da família durante o ataque ao Hospital al-Ahli al-Arabi, na última terça-feira (17). Ele estava no local como voluntário, organizando atividades de apoio às crianças afetadas pelo morticínio.

Além de artistas, a barbárie desencadeada pela ditadura israelense já matou em duas semanas 19 jornalistas.

França, Alemanha e Espanha pedem cessar-fogo para proteger civis das bombas de Israel

França, Espanha e Alemanha pediram, na sexta-feira (27), em defesas separadas, durante reunião do Conselho Europeu, uma “trégua humanitária” para proteger os civis na Faixa de Gaza diante dos bombardeios israelenses e a libertação de reféns detidos pelo grupo palestino Hamas.

Na Assembleia Geral da ONU na sexta-feira (27), vários países europeus, inclusive muitos deles apoiadores de Israel, votaram a favor da Resolução jordânia para o cessar-fogo na Faixa de Gaza. Entre eles, França, Espanha, Portugal, Irlanda, Noruega, Montenegro, Eslovênia e Bósnia.

“Acreditamos que agora é necessária uma trégua humanitária capaz de proteger aqueles que estão no terreno e sofreram bombardeios”, disse o presidente francês, Emmanuel Macron, no final do encontro do CE, que se reuniu em Bruxelas nos dias 26 e 27 de outubro.

O chefe de Governo da Espanha, Pedro Sánchez, observou que havia uma “dúvida legítima” sobre se Israel estava respeitando o direito huma-

nitário internacional nos seus bombardeios e no bloqueio praticamente total de Gaza.

Para o presidente espanhol, as imagens que mostram civis de Gaza sofrendo as consequências dos bombardeios, incluindo crianças, são “absolutamente inaceitáveis”.

Sánchez insistiu na ideia de uma conferência internacional de paz para resolver o conflito entre israelenses e palestinos, que foi apoiada por toda a União Europeia (UE).

O ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, apoiou o cessar-fogo exigido pela UE para abastecer a população civil de Gaza. “Especialmente para os nossos amigos israelenses, é absolutamente claro: o sofrimento da população civil em Gaza não deve ser ultrapassado”, declarou Pistorius.

Os líderes europeus, na instituição da UE que define as orientações e prioridades políticas da região, defenderam, na quinta-feira (26), a implementação de “corredores humanitários” e a adoção de “pausas por necessidade humanitárias”, em uma formulação que consumiu longas negociações, segundo a AFP

Antonio Guterres, secretário-geral da ONU, em pronunciamento durante reunião em Nova Iorque:

“56 anos de ocupação por Israel precederam ataque do Hamas”



“Ataque do Hamas não surgiu do nada”, disse ainda o secretário-geral

Manifestação em Londres exige de Israel que pare o morticínio na Faixa de Gaza

Multidão ocupou as ruas de Londres neste sábado (28) exigindo que Israel ponha fim ao massacre de civis em Gaza e que o governo britânico defenda o cessar-fogo que foi aprovado na sexta-feira (27) pela Assembleia Geral da ONU, por 120 votos a 14. O governo inglês se absteve nesta votação.

Pela terceira semana consecutiva a capital britânica foi palco de grandes manifestações como a desta tarde, com a população saindo às ruas em solidariedade ao povo palestino no momento em que Netanyahu intensifica os ataques à Faixa de Gaza, com recorde de destruição de 150 locais na sexta-feira, logo após a decisão da ONU pelo cessar-fogo imediato.

A marcha de Londres foi organizada pela Campanha de Solidariedade à Palestina (PSC) e outros grupos pró-Palestina. Partiu de Victoria Embankment ao meio-dia e terminou na Praça do Parlamento.

Os manifestantes agitaram bandeiras da Palestina e seguravam vários cartazes, alguns dizendo “Liberte a Palestina”, “pare de bombardear Gaza” e “fim do apartheid israelense”. Outras manifestações foram organizadas em outras cidades do Reino Unido, incluindo Manchester, Newcastle e Glasgow.

“Estamos marchando hoje nas situações mais horrendas”, disse Ben Jamal, diretor do PSC. “Até ontem, sabíamos que



Bandeiras da Palestina e cartazes com “Liberte a Palestina”, “pare com os bombardeios em Gaza” e “fim do apartheid”

cerca de 8 mil palestinos já haviam sido mortos em Gaza, incluindo mais de 3 mil crianças”, disse Jamal.

“Ontem à noite Israel lançou um grande bombardeio e cortou todas as comunicações. Este é um ato de pura barbárie”, acrescentou Ben Jamal. “Portanto, estamos marchando hoje, sem saber quantos palestinos estão mortos, quantas crianças estão agora debaixo dos escombros”.

“A guerra deve acabar e o mundo não pode ficar parado enquanto este massacre continua”, disse à EFE outra manifestante, Shona Harrison. “Falar não basta. Todo mundo está vendo o que está acontecendo, isso tem que acabar de crianças e mulheres

sendo mortas, para o prazer de Benjamin Netanyahu”, completou Ameth.

Entre os presentes destacou-se um grupo de judeus ortodoxos, que se destacaram na multidão usando os seus característicos “shtreimel” (chapéus redondos) e gritando palavras de ordem contra o sionismo.

“A comunidade internacional deve fazer com que isto pare agora”, que os reféns detidos pelo Hamas sejam libertados e que Israel pare imediatamente os bombardeios em Gaza, disse à EFE outra manifestante, Shona Harrison. “Falar não basta. Todo mundo está vendo o que está acontecendo, isso tem que acabar agora”, finalizou.

Assembleia Geral da ONU aprova cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza por 120 a 14 votos

A Assembleia-Geral da ONU aprovou por 120 a 14 nesta sexta-feira (27) resolução exige uma “trégua humanitária imediata” em Gaza, proteção dos civis e respeito à lei internacional, proposta apresentada pela Jordânia e países árabes. 45 países se abstiveram.

A resolução da Jordânia pede uma “trégua humanitária imediata, duradoura e sustentada”, exige que todas as partes cumpram o direito humanitário internacional e o fornecimento “contínuo, suficiente e sem entraves” de fornecimentos e serviços essenciais à Faixa de Gaza e a “libertação imediata e incondicional” de todos os civis mantidos em cativeiro.

A resolução também pede que a “potência ocupante”, Israel, revogue a ordem de evacuação dada aos civis palestinos, pessoal da ONU e trabalhadores humanitários e médicos, além de rejeitar “quaisquer tentativas de transferência forçada da população civil palestina”.

Também expressou “forte apoio” ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, e seus apelos ao “acesso imediato e irrestrito” à ajuda humanitária para a população civil palestina.

Ainda, destacando “todos os esforços regionais e internacionais” destinados

a alcançar uma cessação imediata das hostilidades, garantir a proteção dos civis e fornecer ajuda humanitária.

Embora sem caráter obrigatório, o pronunciamento da Assembleia Geral da ONU amplia o isolamento do genocídio perpetrado por Israel em Gaza. Tentativas anteriores de chegar a uma resolução a favor de um cessar-fogo imediato acabaram vetadas no Conselho de Segurança da ONU, sob o pretexto, de Washington, de proteger o “direito de autodefesa” da ocupação contra os civis palestinos.

Na mesma reunião, proposta do Canadá, que pedia uma condenação direta do Hamas, foi recusada por 88 votos a 55, e 23 abstenções.

Na íntegra, a resolução: A assembleia-geral, guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, recordando as suas resoluções relevantes sobre a questão da Palestina,

reafirmando a obrigação de respeitar e garantir o respeito pelo direito internacional humanitário em todas as circunstâncias, em conformidade com o artigo 1.º das Con-

venções de Genebra de 12 de agosto de 1949.

Recordando as resoluções relevantes do Conselho de Segurança, incluindo as resoluções 242 (1967), 338 (1973), 446 (1979), 452 (1979), 465 (1980), 476 (1980), 478 (1980), 904 (1994), 1397 (2002), 1515 (2003), 1850 (2008), 1860 (2009) e 2334 (2016).

Recordando também as resoluções do Conselho de Segurança sobre a proteção de civis em conflitos armados, inclusive sobre crianças e conflitos armados. Expressando profunda preocupação com a última escalada de violência desde o ataque de 7 de outubro e com a grave deterioração da situação na região, em particular na Faixa de Gaza e no resto do Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel.

Condenando todos os atos de violência contra civis palestinos e israelenses, incluindo todos os atos de terror e ataques indiscriminados, bem como todos os atos de provocação, incitamento e destruição. Recordando a necessidade de defender os princípios da distinção, necessidade, proporcionalidade e precaução na condução das hostilidades.

“Os palestinos viram suas terras serem brutalmente tomadas e varridas pela violência. A economia sofreu, as pessoas ficaram desabrigadas e suas casas foram demolidas”

O embaixador de Israel na ONU teve a petulância de exigir, no Conselho de Segurança da ONU, a “demissão” do secretário-geral Antonio Guterres, após este dizer a verdade evidente de que o povo palestino está “submetido a 56 anos de ocupação sufocante” e que o ataque do Hamas “não aconteceu no vácuo”.

“É importante reconhecer que os atos do Hamas não aconteceram por acaso. O povo palestino foi submetido a 56 anos de uma ocupação sufocante. Eles viram suas terras serem brutalmente tomadas e varridas pela violência. A economia sofreu, as pessoas ficaram desabrigadas e suas casas foram demolidas”, discursou Guterres.

“As queixas do povo palestino não podem justificar os ataques terríveis do Hamas. E esses ataques terríveis não podem justificar a punição coletiva do povo palestino”, acrescentou Guterres, que exigiu a libertação das cerca de 200 pessoas capturadas e mantidas sob custódia do Hamas.

“Estou profundamente preocupado com as claras violações do direito humanitário internacional que estamos testemunhando em Gaza. Deixe-me ser claro: nenhuma parte num conflito armado está acima do direito humanitário internacional”, disse ainda Guterres ao Conselho de Segurança.

Ele também apelou a um “cessar-fogo humanitário imediato” para facilitar a libertação de reféns detidos pelo Hamas, entregar ajuda aos civis e “aliviar o sofrimento épico” no território palestino. Ele advertiu, ainda, que a falta de um cessar-fogo causa o risco de uma conflagração mais ampla na região. Em seu discurso, Guterres revelou outro crime de guerra israelense, a morte de 35 funcionários da ONU em Gaza desde o início da guerra.

Ainda que o secretário-geral sequer haja falado que é Israel que há 56 anos se recusa a cumprir a resolução 242 da ONU que determina a desocupação das terras palestinas invadidas, o chanceler israelense Eli Cohen cancelou a reunião que estava marcada com Guterres, enquanto o embaixador Gilad Erdan pedia a cabeça dele em uma bandeja.

“Eu peço que ele se demita imediatamente. Não há justificativa ou sentido em falar assim àqueles que mostram compaixão às mais terríveis atrocidades cometidas contra os cidadãos de Israel e o povo judeu”, disse o embaixador Gilad Erdan.

No Conselho de Segurança da ONU, Cohen defendeu a limpeza étnica em curso em Gaza, o que chamou de “questão de sobrevivência”.

Isso quando um genocídio ocorre diante dos olhos do mundo, com um milhão de deslocados de suas casas em Gaza pelas bombas

israelenses e reiteração da punição coletiva que o tribunal de Nuremberg proibiu, com o cerco total a Gaza “sem comida, sem água, sem remédios, sem combustível”.

5.791 palestinos mortos – na conta mais recente –, dos quais 70% são crianças e mulheres, e mais de 16 mil feridos. Uma criança morta a cada 15 minutos. E com mil civis que seguem soterrados sob os escombros, com metade das casas de Gaza destruídas ou danificadas. E sem combustível para manter funcionando os hospitais superlotados de feridos ou as instalações de água potável ou de dessalinização.

APARTHEID

E – claro – depois de na Assembleia Geral da ONU de setembro o ditador Netanyahu ter exibido um mapa de Israel sem terras palestinas, em seu anúncio do “Novo Oriente Médio” que ele estava providenciando, liberando as gangues de Gvir para fazer pogroms na Cisjordânia e na mesquita de Al Aqsa e manietando o judiciário para a loucura da oficialização do apartheid que já vigora há três décadas.

Em seu discurso, Guterres também clamou a Israel que destrave a entrada da ajuda humanitária em Gaza – até agora, apenas três comboios com menos de 100 caminhões foram permitidos, após duas semanas, enquanto eram pelo menos 100 caminhões de ajuda diária antes. Ministros desse governo de ocupação seguem dizendo que combustível não entra na Faixa de Gaza deixando o colapso de todo o sistema de saúde de Gaza à beira do colapso.

“Gaza precisa de envios frequentes de ajudas humanitárias de acordo com a enorme necessidade. E essa ajuda tem que ser sem nenhuma restrição”, acrescentou.

O ministro das Relações Exteriores da Palestina, Riyad al-Maliki, agradeceu aos países vizinhos, ao Brasil e à ONU pelo apoio recebido durante a reunião do Conselho de Segurança. “Precisamos de uma realidade em que palestinos e israelenses não sejam mortos e que tenham paz e segurança. Essa realidade é que merece todos os esforços e investimentos”, disse ele.

O secretário de Estado Antony Blinken interveio para chamar a carnificina em Gaza de “direito de defesa de Israel”.

Em resposta a pedido da agência da ONU para os refugiados palestinos (Unrwa) de envio urgente de combustível, ou terá de paralisar suas operações humanitárias em Gaza na manhã dessa quarta-feira, porta-voz do exército de ocupação disse à ONU para “pedir ao Hamas” os caminhões-tanque.



Bombardeios e deslocamento forçado em Gaza

Leia a íntegra no site do HP

“A Arte da Resistência”: mostra celebra os 90 anos do cineasta Denoy de Oliveira

Mostra apresenta, entre os dias 31 de outubro e 4 de novembro, no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, a obra do fundador do Centro Popular de Cultura da UMES, que também integrou o CPC da UNE e o Grupo Opinião

“Uma sensível homenagem”. Assim definem Xavier e Rui de Oliveira sobre a celebração da vida e da obra de seu irmão, o cineasta Denoy de Oliveira, que será apresentada pelo Centro Popular de Cultura da UMES (CPC-UMES), a partir do próximo 31 de outubro.

A Mostra “Denoy de Oliveira – A arte da resistência” celebrará os 90 anos do nascimento e os 25 anos da partida desse grande artista que, além de cineasta, também foi ator, diretor, dramaturgo, roteirista, produtor e compositor.

“Nosso irmão Denoy teria feito, no dia 30 de outubro agora, 90 anos. Seriam 25 anos de sua ‘ausência’ — é o que no comum se diz — não fosse a fecunda história pessoal e artística que ele cumpriu aqui, em seus 65 anos de vida — tão presente em nós”, afirmam os irmãos, que também dedicaram suas vidas à arte, sobre o legado de Denoy.

O também cineasta Xavier de Oliveira e o ilustrador Rui de Oliveira ressaltam ainda o significado especial da mostra, que eles ajudaram a construir. “Esse evento está nos revivendo muito sua maneira de ser, sempre otimista, sorridente, gentil, generoso acima de tudo”, relembram os irmãos em carta direcionada ao público.

Integrante do Centro Popular de Cultura da UNE, até o seu fechamento pelo golpe de 1964, e um dos fundadores do Grupo Opinião, Denoy possui “uma existência rica como poucas e que inspira e norteia o trabalho do CPC da UMES até hoje”, como define a equipe do CPC-UMES.

“A homenagem que Denoy merece não cabe em cinco dias ou em um espaço tão pequeno como o nosso. Esse é só o começo! Com o auxílio da família faremos nesses dias uma pequena exposição



com alguns dos momentos marcantes da vida de nosso fundador. Nos concentraremos, principalmente, nas suas três principais áreas de atuação: cinema, teatro e música. O mote? A Arte da Resistência!”, destaca o CPC-UMES sobre a homenagem ao seu fundador.

A Mostra acontece no “Cine-Teatro Denoy de Oliveira”, na Rua Rui Barbosa, 323, no Bixiga, entre os dias 31 de outubro e 4 de novembro.

Serão exibidos dois documentários e quatro longas-metragens de ficção dirigidos por ele, além do curta de animação “Cristo Procurado”, dirigido por Rui de Oliveira.

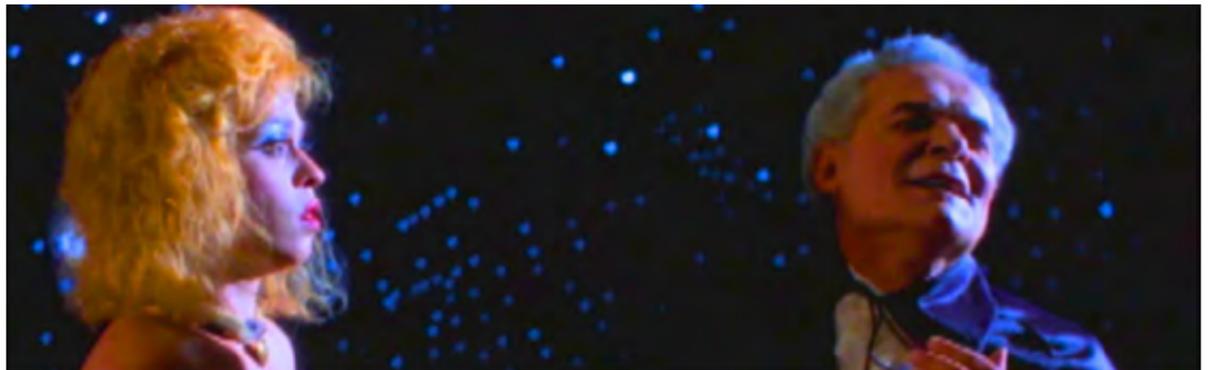
Após a exibição dos filmes também serão realizadas rodas de conversa com seus companheiros de jornada sobre a trajetória de Denoy e sua obra.

EXPOSIÇÃO

O saguão do Cine-Teatro abrigará ainda uma exposição contando a trajetória de Denoy desde os tempos de teatro amador, passando pelo Teatro Nacional de Comédia, CPC da UNE, Grupo Opinião, a consagração como cineasta e a fundação da APACI (Associação Paulista de Cineastas) e do CPC-UMES. Tótems sonoros permitirão aos presentes conhecer um pouco da faceta cantor e compositor de Denoy.



Cineasta Denoy de Oliveira completaria 90 anos em 2023. (Foto: Divulgação). Abaixo, cena do filme A Grande Noitada



SERVIÇO

Mostra Denoy de Oliveira – A arte da resistência. De 31 de outubro até 4 de novembro, sempre às 19 horas. Exposição Denoy de Oliveira – A arte da resistência. Abertura: 31 de outubro, às 18h. Funciona até 4 de novembro, das 18h às 23h.

Local: Cine-Teatro Denoy de Oliveira. Rua Rui Barbosa, 323 – Bela Vista – São Paulo – SP

Programação

TERÇA – 31/10 – 19h

Cristo Procurado

Curta-metragem | 1990 | Dir. Rui de Oliveira

Numa cidade latino-americana, durante uma missa, personalidades percebem com espanto que Cristo não está mais pregado à cruz. Os esquemas de segurança são acionados. Cristo será encontrado à frente de uma passeata. A repressão é violenta.

A animação, dirigida por Rui de Oliveira, é dedicada por ele ao irmão, Denoy, que fez a produção executiva do filme e criou as vozes da maioria dos personagens.

Amante Muito Louca

Comédia | 1973 | Dir. Denoy de Oliveira

(DEBATE COM Rui de Oliveira e Xavier de Oliveira)

Filme de estreia de Denoy na Direção. Conta a história de Amâncio, um alto funcionário de um banco, casado e pai de dois filhos, típico pai de família da classe média brasileira. Paralelamente à sua vida familiar, aparentemente bem constituída e em perfeita harmonia, Amâncio tem uma amante: a temperamental vedete de teatro Brigitte, a louca!

Nas férias do bancário, a família decide viajar para

Cabo Frio. Brigitte se sente rejeitada e resolve também desfrutar dos prazeres da família oficial, para o terror do amante.

FESTIVAL DE GRAMADO 1974

Melhor Filme, Prêmio Especial do Júri, Melhor Diretor, Melhor Atriz (Teresa Raquel), Melhor Ator Revelação (Stepan Nercessian)

PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO 1975

Melhor Diretor (Denoy de Oliveira)

PRÊMIO CORUJA DE OURO DO INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA

Melhor Atriz (Teresa Raquel)

QUARTA- 01/11 – 19h

7 Dias de Agonia (O encalhe)

Drama | 1982 | Dir. Denoy de Oliveira

Numa estrada enlameada, em dia de chuva torrencial, os veículos atolam um após o outro, totalizando trezentos. Motoristas e passageiros estão todos encaçados, e cada um vive seu drama particular: a carga de Zezinho é de sorvetes, um fazendeiro conduz um cavalo de raça para cruzamento, uma kombi com freiras fica retida entre caminhões, um ônibus lotado de retirantes não consegue

passagem.

Enquanto todos aguardam uma solução, a fome e o cansaço criam inesperadas relações.

FESTIVAL DE GRAMADO – 1982

Melhor Atriz Coadjuvante – Ruthinéia de Moraes

PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1983

Melhor Filme

FESTIVAL DEL NUEVO CINE LATINOAMERICANO DE HAVANA – 1983

Prêmio “El Quijote”

PRÊMIO ESPECIAL DA “AIR FRANCE”

Melhor Diretor – Denoy de Oliveira

QUINTA – 02/11 – 19h

O Baiano Fantasma

Drama | 1984 | Dir. Denoy de Oliveira

Lambusca (José Dumont) é um paraibano que vem para São Paulo em busca de uma vida melhor. Vai morar na favela, em casa do conterrâneo Antenor. O retirante acaba trabalhando para um grupo de agiotas, fazendo cobrança de dívidas.

Durante uma “visita” sua, um devedor tem um ataque do coração e morre. Lambusca vira suspeito pela morte e perde suas mordomias. Ele consegue fugir, mas a polícia, uma vizinha

sonhadora e uma cantora de boate estão em seu encalço.

No final do filme, Denoy de Oliveira presta homenagem a dois homens do norte, que amam a sua cultura. Ao seu pai, Francisco Xavier, que identifica como paraense, sapateiro e anarquista. E ao veterano ator Rafael de Carvalho, identificado como paraibano, contador/ator e “soldado do povo” que faz seu último filme.

FESTIVAL DE GRAMADO 1984

Melhor Filme, Melhor Diretor e Melhor Ator – José Dumont

FESTIVAL DE HAVANA 1985

Melhor Ator – José Dumont

II FESTIVAL DE CINEMA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Troféu de Ouro de Melhor Filme

PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Melhor Filme, Melhor Ator – José Dumont, Melhor Ator Coadjuvante – Júlio Calasso e Prêmio Especial a Rafael Carvalho.

TROFÉU APCA 1985

Melhor Ator Coadjuvante (Carlos Bucka)

SEXTA – 03/11 – 19h

Pega Ladrão!

Documentário | 1994 | Dir. Denoy de Oliveira

Produzido em 1994 pelo CPC-UMES, com direção de Denoy de Oliveira, fotografia de Hemanio Penna e música de Caíto Marcondes. “Pega Ladrão!” nasce com a finalidade de se contrapor à massacrante campanha em toda mídia contra as nossas estatais. Vai atrás do neoliberalismo privatizador e da rapinagem sobre nossas riquezas, denunciando a privatização das estatais brasileiras, nos setores de siderurgia, eletricidade, telecomunicações e petróleo. O vídeo traz depoimentos de Barbosa Lima Sobrinho, Euzébio Rocha, general Andrada Serpa, Nelson Werneck Sodré e dos estudantes no 30º Congresso da UBES. JORNADA INTERNACIONAL DE CINEMA DA BAHIA 1994

Tatu de Ouro de Melhor Vídeo Educativo

Que Filme “tu vai” Fazer?

Documentário | 1991 | Dir. Denoy de Oliveira

Num cemitério, um cineasta contempla as lápides da Embrafilme e da reserva de mercado, extintas por Collor no início de seu governo. Após o sepultamento, Denoy de Oliveira percorre todo o Brasil perguntando ao povo “Que Filme ‘Tu Vai’ Fazer?”. Com o cinema brasileiro em amplo desmonte, Denoy entrevista o

público e outros cineastas que falam de seus sonhos e projetos. Um painel vai sendo desenhado sob o rancor e o deboche de um personagem símbolo, o Jack da MPA (Motion Pictures Association).

SÁBADO – 04/11 – 19h

A Grande Noitada

Comédia | 1998 | Dir. Denoy de Oliveira

Um rico industrial, Tristão Roque Brasil (Othon Bastos), é amargamente derrotado nas eleições para prefeito. Quando sua empresa quase lança no mercado um produto estragado, Tristão tem um princípio de enfarte. Em casa, a vida de Tristão é ainda mais decepcionante. A esposa o trata com frieza e seus filhos só querem seu dinheiro. A única alegria está nos momentos que passa assistindo a óperas. Rumando solitário para a récita de ‘Elixir do Amor’, Tristão encontra Mimi, uma manicure que o leva para o que seria sua primeira relação extraconjugal. Em meio à grande noitada, Tristão tem um novo ataque.

XXX FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO 1998

Prêmio Especial da Crítica Melhor Ator Coadjuvante (Augusto Pompêo)